



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

BACHARELADO

ARAPIRACA – ALAGOAS
AGOSTO DE 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO BACHARELADO
PROJETO PEDAGÓGICO

ARAPIRACA – ALAGOAS
AGOSTO DE 2018

EQUIPE RESPONSÁVEL

COORDENADOR DO CURSO

FABIANO SANTANA DOS SANTOS

VICE-COORDENADORA DO CURSO

EMANUELLE DE SALES OLIVEIRA SOUZA

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

ADEMÁRIA APARECIDA DE SOUZA
ADRIANO CÉSAR
ROSA DA COSTA
EMANUELLE DE SALES OLIVEIRA
SOUZA
EGBERTO PEDRO DA SILVA

FABIANO SANTANA DOS SANTOS

Colegiado do Curso

MEMBRO DOCENTE

ACÚRCIO CASTELO DAVID
ADEMÁRIA APARECIDA DE SOUZA
ADRIANO CÉSAR ROSA DA COSTA
EMANUELLE DE SALES OLIVEIRA SOUZA
EGBERTO PEDRO DA SILVA
FABIANO SANTANA DOS SANTOS
MARIA AMELIA JUNDURIAN CORÁ

MEMBRO DISCENTE

IRLA CARLA SANTOS LIMA
ALÃ YWIRGO PINHEIRO DOS SANTOS

MEMBRO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

DAYVID EVANDRO DA SILVA LÓS
VANESSA VASCONCELOS DANTAS

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
1.1	Dados da Instituição	6
1.2	Dados do curso	7
1.3	Corpo docente do curso de Administração Bacharelado	9
1.4	Corpo técnico	9
1.5	Formas de ingresso	11
1.6	Colegiado do curso de Administração Bacharelado	11
1.7	Núcleo Docente Estruturante do curso de Administração Bacharelado	11
1.8	Gestão Acadêmica no curso de Administração Bacharelado	12
2	APRESENTAÇÃO	13
2.1	Contextualização	13
2.2	Contexto Regional	14
2.3	Arapiraca	15
2.4	Histórico do curso	16
2.5	Contexto do curso	18
3	OBJETIVOS DO CURSO	20
3.1	Objetivo Geral	20
3.2	Objetivos Específicos	21
3.3	Competências e Habilidades	21
4	PERFIL DO EGRESSO	22
5	CAMPO DE ATUAÇÃO	22
6	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	23
6.1	Inovação e qualificação	23
6.2	Internacionalização	23
6.3	A Responsabilidade Social	24
6.4	Acessibilidade	24

6.5	Inclusão e Política de Cotas	26
6.6	Atividades de Apoio Discente	27
6.7	Políticas de Pesquisa	28
6.8	Políticas de Extensão	29
6.8.1	Programa de Extensão Curricular no curso de bacharelado em Administração	33
7	METODOLOGIA ENSINO-APRENDIZAGEM	40
8	AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TICs	41
9	PROCESSO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	42
9.1	Avaliação discente	43
9.2	Avaliação no contexto institucional	46
9.3	Comissão de auto avaliação	48
10	INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS	48
11	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	49
12	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	52
13	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	53
15	COMPONENTES CURRICULARES	55
15	MATRIZ CURRICULAR	57
15.1	Educação Ambiental	57
15.2	Relações Étnico Raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	57
15.3	Educação e Direitos Humanos	58
16	ORDENAMENTO CURRICULAR	59
16.1	Estrutura e conteúdo curricular	60
16.2	Quadro das disciplinas eletivas	63
16.3	Pré-requisitos	63
17	EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR	64
17.1	Disciplinas obrigatórias	64
17.2	Disciplinas Eletivas	102
18	COLEGIADO DO CURSO	100
19	POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS	101
20	POLÍTICAS DE APOIO DISCENTES	104

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
Apêndice 1 – Resolução de Estágio do curso de Administração	110
Apêndice 2 - Resolução de TCC do curso de Administração	118

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

MANTENEDORA:	Ministério da Educação (Mec)
MUNICÍPIO-SEDE:	Brasília - Distrito Federal (DF)
CNPJ:	00.394.445/0188-17
DEPENDÊNCIA:	Administrativa Federal
MANTIDA:	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
REITOR(A):	Maria Valéria Costa Correia
VICE-REITOR(A)	José Vieira da Cruz
CÓDIGO:	577
MUNICÍPIO-SEDE:	Maceió
ESTADO:	Alagoas
REGIÃO:	NORDESTE
ENDEREÇO DO CAMPUS SEDE	Av. Lourival de Melo Mota, rodovia BR-104, km 14, Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió, Alagoas. CEP: 57.072-970.
TELEFONE	(82) 3214 1100
PORTAL ELETRÔNICO:	www.ufal.edu.br

1.2.**DADOS DO CURSO**

NOME DO CURSO:	ADMINISTRAÇÃO Bacharelado
TÍTULO CONFERIDO:	Bacharel em Administração
CURSO:	13203
CAMPUS	Arapiraca
UNIDADE ACADÊMICA	Arapiraca
ENDEREÇO:	Avenida Manoel Severino Barbosa - Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005
TELEFONE	(82) 3481-1840
PORTAL ELETRÔNICO:	http://www.ufal.edu.br/arapiraca/graduacao/administracao
FORMA DE INGRESSO	Exame Nacional do Ensino Médio – Enem
ATOS LEGAIS:	
PORTARIA DA AUTORIZAÇÃO:	Portaria Nº 706 de 18 de dezembro de 2013
PORTARIA DE RECONHECIMENTO:	Processo: 23000.021478/2006-72, Parecer: CES 52/2007, Data da Publicação: 14/03/2007.
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Vespertino
CARGA HORÁRIA TOTAL:	3.424 horas
TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:	VESPERTINO Duração mínima: 08 (oito) períodos Duração máxima: 12 (doze) períodos
VAGAS AUTORIZADAS:	Vespertino: 50 vagas por ano

COORDENADOR

Nome: Fabiano Santana dos Santos

Formação acadêmica: Bacharel em Administração Titulação:
Doutor em Serviço Social

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

1.3 Corpo docente do curso de Administração - Bacharelado

O curso de Graduação em Administração – Bacharelado da UFAL apresenta um corpo docente composto de 8 (nove) professores, em sua grande maioria, com doutorado e com carga-horária de 40h e regime de Dedicção Exclusiva, conforme exposto nos quadros a seguir.

Quadro 1. Corpo docente do curso de Administração - Bacharelado

	NOME	TÍTULO	C.H.
1	Acurcio Castelo David	Doutor	DE
2	Ademária Aparecida de Souza	Doutora	DE
3	Adriano Cesar Rosa	Mestre	40h
4	Egberto Pedro da Silva	Doutor	DE
5	Emanuelle de Sales Oliveira Souza	Mestre	DE
6	Fabiano Santana dos Santos	Doutor	DE
7	Gilson Sales de Albuquerque Cunha	Mestre	DE
8	Maria Amélia Jundurian Corá	Doutora	DE
9	Patricia de Carvalho Diniz Soares	Mestre	DE

1.4 Corpo técnico

O curso de Graduação em Administração – Bacharelado da UFAL apresenta um corpo técnico composto por 2 (dois) profissionais. Ambos são compartilhados com mais dois cursos.

Quadro 2. Corpo técnico do curso de Administração - Bacharelado

NOME	FUNÇÃO	C.H.
1 DAYVID EVANDRO DA SILVA LÓS	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
2 VANESSA VASCONCELOS DANTAS	Assistente em Administração	40h

Quadro 3. Distribuição dos Professores Conforme Titulação

		%
Professores Doutores	5	67
Professores Mestres	3	33
Total de Professores	9	100

Quadro 4. Distribuição dos Professores Conforme Regime de Trabalho

		%
Professores 40h D. E.	8	89
Professores 40h	1	11
Total de Professores	9	100

Apesar da diversidade, o corpo docente do curso está concentrado nas áreas específicas de Ciências Sociais Aplicadas quando mapeada pelas pós-graduações (mestrado e doutorado).

Além do quadro docente, o Curso de Administração conta com um Assistente em Administração e um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), esse último compartilhado com os cursos de Ciência da Computação e Arquitetura e Urbanismo.

1.5 Formas de ingresso

O ingresso no curso de Administração é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do ENEM o meio de seleção e a plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada) o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor.

A UFAL poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Dentre outros, aqueles que dizem respeito à formação de professores que atuam na rede pública de ensino e à formação de gestores públicos. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.

A UFAL adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico, editais de reopção, de transferência e de reingresso (nesse caso só para os cursos que possuem as duas modalidades: licenciatura e bacharelado).

1.6 Colegiado do Curso de Administração - Bacharelado

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo para os assuntos relacionados à política de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação em conformidade como as diretrizes definidas no Regimento Geral da UFAL de 30/01/2006, Título II Capítulo V, Seção II, Art. 25 e 26 e a Portaria N° 559 de 28 de junho de 2001. O colegiado é renovado periodicamente, de dois em dois anos, sendo constituído por cinco professores do Instituto de Administração Pública, dentre eles o coordenador e o vice coordenador, um funcionário e um representante discente.

1.7 Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração - Bacharelado

O Núcleo Docente Estruturante – NDE foi criado considerando as orientações contidas na Portaria MEC n°. 147/2007, de 02/02/2007, bem como a Resolução CONAES n°. 01/2010 e o Parecer n°. 04/2010, de 17/06/2012, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que tratam de sua normatização, princípios, criação e sua

finalidade e, por fim, a resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012, que institui o núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de graduação da UFAL. Assim, o NDE do Curso de Administração - Bacharelado é composto pelos professores:

Prof. Dr. Fabiano Santana dos Santos

Prof. Dr. Egberto Pedro da Silva

Prof. Msc. Adriano César Rosa da Costa

Prof.^a Dr.^a Ademária Aparecida de Souza

Prof.^a Msc. Emanuelle de Sales Oliveira Souza

Profa. Dra. Maria Amélia Jundundurian Corá

Prof. Dr. Acúrcio Castelo Davi

1.8 Gestão Acadêmica no curso de Administração - Bacharelado

O ensino de graduação terá como planejamento maior o Projeto Pedagógico do Curso em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional. Alunos e docentes observarão os seus direitos e obrigações de acordo com as normas e resoluções acadêmicas vigentes, sendo a atividade de aula orientada pelo plano de aula. Ao final do semestre as Unidades e seus respectivos cursos deverão promover um processo de avaliação, a partir dos relatórios de retenção, aproveitamento e evasão discente, além dos questionários utilizados pela Comissão de Auto Avaliação (CAA) observando a atuação do docente, a participação dos discentes, os pontos relevantes no processo de ensino aprendizagem e, não menos importantes, os indicadores de sucesso comumente conhecidos como evasão e retenção.

Caberá ao Colegiado de Curso coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento do semestre letivo, mantendo reuniões periódicas regulares. Fica por conta do Núcleo Docente Estruturante (NDE) o planejamento de médio e longo prazo dos cursos. O Fórum dos Colegiados dos Cursos será um espaço de discussão e proposição aos Conselhos Superiores de normativas, soluções tecnológicas e de sistemas, planos de capacitações, metodologias inovadoras e, principalmente, de trocas de experiências entre os gestores dos cursos.

2. APRESENTAÇÃO

Neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração serão apresentadas as principais informações relativas a este curso de Bacharelado, cuja constituição ocorreu no ano de 2006, fruto da proposta de expansão do ensino superior em Alagoas por meio do Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária. Sendo incorporado as atualizações do curso referentes a extinção dos Troncos e as adequações referentes ao contexto social, político e econômico atual. De acordo com a Minuta de Relatório n. 02, de 29 de Setembro de 2016:

[...] o Tronco Inicial — ou T.I. — é, mesmo para o acanhado padrão brasileiro de investimentos em educação na área das humanidades, um modelo que se destaca pelo baixo custo em recursos econômicos e materiais. Diferentemente de um bacharelado em humanidades, de que dão exemplo várias IES do país, implantadas sob a recente política de Reestruturação Universitária - REUNI, as quais permitem ao docente dedicado à formação em humanidades o acompanhamento do discente por um período de dois anos, o Tronco Inicial da UFAL é um modelo de formação reduzida a um único período de um semestre e encontra-se vocacionado, na prática, para a inserção na vida acadêmica (UFAL, 2016, p. 01).

2.1 Contextualização

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito, (1933) de Medicina (1951), de Filosofia (1952), de Economia (1954), de Engenharia (1955) e de Odontologia (1957). Trata-se de instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Legislação Nacional correspondente e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Sua sede está localizada na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil. Desde a sua criação, em 1961, a UFAL teve doze gestões exercidas por oito Reitores e duas Reitoras, conforme apresentados no quadro abaixo.

Quadro 5. Gestão, Período e Reitores (as) da UFAL

GESTÃO	PERÍODO	REITOR (A)
1ª gestão	1961 – 1971	Aristóteles Calazans Simões

2ª gestão	1971 – 1975	Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos
3ª gestão	1975 – 1979	Manoel Machado Ramalho de Azevedo
4ª gestão	1979 – 1983	João Ferreira Azevedo
5ª gestão	1983 – 1987	Fernando Cardoso Gama
6ª gestão	1987 – 1991	Delza Leite Gitai Goes
7ª gestão	1991 – 1995	Fernando Cardoso Gama
8ª gestão	1995 – 1999	Rogério Moura Pinheiro
9ª gestão	1999 – 2003	Rogério Moura Pinheiro
10ª gestão	2003 – 2007	Ana Dayse Rezende Dorea
11ª gestão	2007 – 2011	Ana Dayse Rezende Dorea
12ª gestão	2011 – 2015	Eurico Barros Lobo Filho
13ª gestão	2015 – 2019	Maria Valéria Costa Correia

Fonte: PROGINST, 2012

As características de cada um desses períodos gerenciais, ao longo de sua existência de pouco mais de cinco décadas, (cinquenta e oito anos), são relacionadas a grandes transformações internas, sejam acadêmicas, administrativas e/ou estruturais, que vieram reforçar o compromisso da instituição com a produção e disseminação do conhecimento, com a formação profissional e cidadã, enfim, com a sociedade regional e, alagoana em particular

2.2 Contexto Regional

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades

instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72 %. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana- de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

2.3 Arapiraca

Arapiraca, segunda maior cidade do estado de Alagoas, está localizada geograficamente na mesorregião do Agreste Alagoano que, além deste município, engloba as microrregiões de Palmeira dos Índios e Traipú. A distância entre Arapiraca e a capital Maceió é de 131 km, tendo conexão por estradas rodoviárias em no máximo duas horas. Segundo estimativas do IBGE (2015), a cidade possui uma população de 232.671 habitantes.

O município foi fundado por Manoel André Correia dos Santos, genro de Manoel da Silva Valente, português influente que chegou ao Brasil junto com a família real. Como não poderia deixar de ser, o povoamento dessa região seguiu a mesma tendência identificada em todo o estado, com as famílias abastadas expandindo suas terras e “dando a esses grupos familiares dispostos em cada região, o poder de decidir politicamente, de acordo com os seus interesses particulares e convenientes de seus grupos” (ALMEIDA, 1999, p. 36).

O ensino superior só veio a surgir em Arapiraca na década de 1970, com a criação da Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (FFPA), posteriormente transformada em Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FUNEC). Duas décadas depois, a instituição é estadualizada através da Lei 5.119/1990, tornando-se pessoa jurídica de direito público. Em 1995, por meio da Lei Estadual 5.762, a instituição passou a se chamar Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA). Por fim, em 2006, a mesma passa a ser uma autarquia e sua nomenclatura muda para Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Até

meados dos anos 2000 a UNEAL era a única IES pública de Arapiraca.

Atualmente, a cidade possui uma rede de instituições de ensino superior formada principalmente por grupos regionais e nacionais. Além da educação presencial, o município também optou pela oferta de cursos de graduação à distância, tendo a UFAL inaugurado essa modalidade de ensino em Alagoas com o curso de licenciatura em Pedagogia, em 1998.

Em virtude de sua localização geográfica estratégica, apresenta uma facilidade de acesso e de logística urbana privilegiada e tornou-se cidade polo no interior do Estado de Alagoas. Portanto, com uma influência econômica junto a demais municípios circunvizinhos e até mesmo aos mais distantes, Arapiraca oferece uma infraestrutura de comércio local e prestação de serviços evidente, desenvolvendo sua economia e movimentando uma frequente população diferenciada e considerável nos períodos das atividades comerciais da cidade (SANTOS, 2017).

Tendo em vista sua importância dentro de inúmeros aspectos para o Estado, sua atuação como sede do *Campus* do Agreste, no projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas, tem uma base de crescimento e desenvolvimento bastante significativa. Atualmente é composto pela sede do *campus* (Arapiraca) e mais três Unidades Educacionais de Ensino (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa). Possui 19 cursos distribuídos na Sede e nas suas Unidades, entre cursos de bacharelado e licenciatura. A cada ano vem apresentando um crescimento e surgimento de novos cursos de graduação e pós-graduação, gerando mais produção do conhecimento.

2.4 Histórico do curso

Ao iniciar suas atividades, em 2006, o Curso de Administração em seu escopo apresentou *a priori*, reuniões que nortearam as demandas para corpo docente assim como a matriz curricular inicial para que o curso acontecer de fato. Já concluídas a construção da carga horária de cada semestre, iniciou-se o curso sua primeira turma, cuja autorização ocorreu por meio do Parecer CNE 52/2007. Após aconteceu o tronco intermediário onde comportou as disciplinas introdutórias do curso, e assim sucessivamente trazendo disciplinas de formação e profissionalização e todas elas com seus respectivos planos de ensino estruturados, e tem sido assim até então.

Apesar das dificuldades iniciais de realizar as atividades do curso, seja ela por falta de estrutura, ausência de livros específicos, laboratórios, demanda de professores, etc., o curso de Administração se manteve confiante na aplicabilidade da qualidade de ensino, pesquisa e extensão na expectativa de suprir as deficiências de maneira multidisciplinar.

A recepção dos ingressantes geralmente acontece com a realização de aulas inaugurais e atividades de inclusão realizadas pelos alunos em curso. Todo aluno recebe acompanhamento da coordenação desde sua matrícula até conclusão, para que o mesmo não se desvincule nem se perca do curso por motivos diversos e assim possa concluir em tempo hábil estimado. Assim o discente também tem o conhecimento de todo seu desenvolvimento dentro do curso bem como pelo sistema da universidade e calendários semestrais. Outra atividade realizada pelos cursos era o “Trote Ufal” com a Feira Interdisciplinar, como a apresentação dos mesmos, antes mesmo da realização do vestibular, especificando o máximo possível da profissão e do curso, de forma atrativa, para que com isso alunos indecisos pudessem ter uma base do que se trata essa profissão, onde poderiam atuar, e o que seria de sua competência ou não.

Em 2009, aconteceu o primeiro Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O objetivo do Enade é acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento”. (ENADE, 2009, p. 5)

Em 2010, houve a visita do MEC para reconhecimento do curso, bem como a primeira turma de formandos. Os Trabalhos de Conclusão de Curso desde então são desenvolvidos para criação de Planos de Negócio e Pesquisas.

Ao longo do tempo o curso apresentou em sua estrutura docente o Colegiado de Curso e o Núcleo de Docente Estruturante ambos com atribuições de planejamento e decisões onde estes apresentaram mudanças em sua conjuntura e crescimento sob diversos aspectos, veio então a necessidade de atualizações do projeto pedagógico do curso, seja por mudanças do regime institucional da universidade como também pela modernização dos conteúdos

explanados ao longo do curso em sua totalidade.

2.5 Contexto do curso

Para alguns autores é possível observar três ciclos distintos do ensino da Administração no Brasil, demarcados pelos currículos exigidos pelo mercado para a formação de administradores (BRAGA *et. al.*, 2011; SILVA, FISCHER, 2008; SILVA, 2007).

O ciclo inicial tem seu marco no reconhecimento da profissão de Administrador, a partir da Lei nº 4.769 e no Parecer 307/66 do Conselho Federal de Educação, que definiu o currículo mínimo do curso de graduação em administração, formado por disciplinas como matemática, estatística, contabilidade, teoria econômica, economia brasileira, psicologia aplicada à administração, sociologia aplicada à administração, instituições de direito público e privado (incluindo noções de ética administrativa), legislação social, legislação tributária, teoria geral da administração, administração financeira e orçamento, administração de pessoal e administração de material (CFA, 2012). Além dessas, o aluno deveria escolher a disciplina de direito administrativo ou a de administração da produção e vendas para totalizar a grade curricular. Como formação complementar, o aluno deveria, ainda, realizar um estágio com duração de seis meses. Nesse ciclo, a carga horária mínima estabelecida para o curso era de 2.700 horas e recebia-se o título de Técnico em Administração (BRAGA *et. al.*, 2011; CFA, 2012).

Aprovado em 1996, esse currículo mínimo permaneceu vigente até 1993,

Quando foi definida uma reformulação a partir do Parecer 433/93, regulamentado pela Resolução nº 02/93. Destaque-se que esta resolução trouxe um componente inovador, qual seja, a possibilidade de criar habilitações específicas ao curso de Administração para que o currículo fosse ajustado aos avanços das ciências e tecnologias disponíveis, trazendo, inclusive, uma formação mais generalista (BRAGA *et. al.*, 2011; NICOLINI, 2003; SILVA e FISCHER, 2008).

Com a nova edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1998, estabelece-se o fim da vinculação entre a formação e o exercício profissional. Até então, para o exercício da profissão era necessário ter o diploma em mãos, justificando-se a necessidade de se implementar um currículo mínimo (PINTO; MOTTER JR., 2012).

Em consonância com a nova LDB, o Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer 776/97 determina que todos os cursos de graduação passem a seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais. Entretanto, somente em 2004, foi que o Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Administração com base no Parecer 134/2003 (SILVA; FISCHER, 2008).

Em fevereiro de 2004, a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DNC) do Curso de Graduação em Administração, em nível de Bacharelado, orientando as instituições educacionais para a formação do projeto acadêmico e pedagógico do referido curso (PINTO; MOTTER JR., 2012). No entanto, em 2005, a Resolução CNE/CES 4/05 em seu artigo nº 12 revoga a Resolução CFE nº 2/93 e a Resolução CNE/CES nº 1/2004, trazendo um novo direcionamento à graduação de administração, sem a oferta de habilidades específicas. Essa resolução está em vigor até hoje, caracterizando o terceiro ciclo de mudanças na estrutura curricular para a formação de profissionais de administração (PINTO; MOTTER JR., 2012)

Importa aqui destacar a importância das DCN para a elaboração de projetos pedagógicos flexíveis, alinhados às demandas da sociedade e do mercado, e às particularidades do contexto local em que a instituição de ensino superior se encontra inserida. De fato, mais do que um documento o PPC é importante ferramenta que norteia todo o trabalho pedagógico do curso, além de trazer as principais ideias, fundamentos, orientações curriculares da Universidade.

Desde a sua criação, em 2006, os cursos do *campus* Arapiraca adotavam o regime de Troncos (inicial, intermediário e profissionalizante), instituído pelo Projeto de Interiorização da UFAL. Seu funcionamento ocorria da seguinte forma:

- 1. Tronco Inicial:** Comum a todos os cursos do projeto da interiorização da UFAL. O objetivo era proporcionar ao aluno uma visão geral sobre ciência, mundo e suas realidades, conhecimento científico e ferramentas lógicas para lidar com o conhecimento na era da informação. O Seminário Integrador I interligava as áreas de conhecimento.
- 2. Tronco Intermediário:** Esse semestre representa o tronco intermediário para os cursos relacionados com o eixo gerencial do *campus* Arapiraca e demais polos. O objetivo era proporcionar ao aluno uma visão integradora de disciplinas que fundamentarão o seu conhecimento sobre organizações, tecnologias da informação para uso organizacional e técnicas quantitativas para raciocínio lógico e tomada de decisão. O Seminário Integrador II

interligava as áreas de conhecimento do eixo gerencial.

3. Tronco Profissional: A partir do 3º período do curso, as disciplinas ofertadas começavam a dar o enfoque profissional às diferentes áreas de atuação do administrador.

Contudo, por orientação do Ministério da Educação, a UFAL, por meio da Minuta de Relatório n. 02, de 29 de setembro de 2016, aboliu tal formato e, atualmente, os cursos do *campus* adotam a seguinte divisão: Área de Tecnologias e o Núcleo de Estudos Humanísticos Transdisciplinares (NEHT). De acordo com a Minuta que propôs tal alteração,

A natureza do que aqui se denomina *Dimensão Humanística* é a de ser uma proposta de percurso formativo básico que encontra sua unidade teórica e institucional em centros vocacionados às humanidades que ofertam as atividades acadêmico-formativas de suas áreas junto a um certo grupo de graduações - tal como fazem os centros ou núcleos de educação com a dimensão pedagógica das licenciaturas (UFAL, 2016, p. 3).

Desse modo, as disciplinas passaram a ser divididas da seguinte forma:

Área de Tecnologias: Introdução à Informática e Algoritmo.

Núcleo de Estudos Humanísticos Transdisciplinares: Sociedade e Cultura, Filosofia da Ciência, Ética e Sociedade e Desenvolvimento.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Objetivo Geral

A objetivo do Curso de Administração Pública Bacharelado é propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a implementar, gerenciar, coordenar e desenvolver continuamente organizações, que sejam comprometidas com o desenvolvimento sustentável local e regional.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Conscientizar o discente do curso de Administração de sua condição de futuro Administrador, desenvolvendo uma formação científica e profissional geral desde as primeiras disciplinas do curso;
- b) Proporcionar aos discentes do curso de Administração capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas decorrentes do exercício da profissão na busca de construção de uma sociedade de base sustentáveis;
- c) Propiciar aos futuros gestores condições de se tornar, além de um profissional qualificado, um cidadão capaz de refletir e interagir com a realidade de seu país e criar mecanismo para a promoção do bem-estar de sociedade.

3.3 Competências e Habilidades

O curso de Administração tem como principais competências (Conhecimentos, habilidades e atitudes) as seguintes características, definidas pela Diretrizes Curriculares do Curso de Administração pela Resolução no 4, de 13 de julho de 2005:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos;
- Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

4. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Administração da UFAL, campus Arapiraca deverá possuir capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

5. CAMPO DE ATUAÇÃO

O campo de atuação do Administrador é bastante amplo, podendo atuar na gestão de organizações públicas e privadas. Ainda, pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria. As principais áreas onde este profissional atua são: Recursos Humanos, Recursos Materiais e Patrimoniais, Marketing, Organização Sistemas e Métodos, Administração da Produção, Sistemas de Informação, Orçamento e Finanças, Logística, Projetos, dentre outras.

6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização, e gestão acadêmica.

6.1 Inovação e Qualificação

A universidade deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização, estando atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas. No nosso curso se promove o uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem; a Produção de material institucional pelos docentes (como cartilhas e boletins informativos); a Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância; Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico; Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas; Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas. A universidade não deve perder de vista que uma formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnico raciais e afrodescendentes e, por fim, do empreendedorismo. A descrição destas ações pode ser consultada em suas respectivas seções descritivas neste documento.

6.2 Internacionalização

O ensino de graduação pensa a internacionalização como um caminho de

possibilidades de formação, deixando os currículos locais efetivamente sem fronteiras. O que implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem. A flexibilização curricular, assim, é peça fundamental nesse processo. A universidade deve se preocupar também em dar uma formação inicial e/ou complementar nas línguas estrangeiras, eliminando um dos grandes limitadores na concretização do sonho de muitos e para isso, oferece cursos de línguas gratuitos para alunos e professores, ligados às atividades de extensão.

Por isso, nossos alunos são estimulados e têm participado dos editais de graduação-sanduíche ou de complementação de formação fora do país. Uma das iniciativas de destaque é o programa de bolsas do Banco Santander. O intercâmbio é realizado por meio dos convênios de cooperação e outros tipos de parcerias estabelecidos entre a UFAL e as instituições de ensino superior estrangeiras que também são parceiras do Banco.

6.3 A Responsabilidade Social

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

O curso de Administração tem a proposta de contribuir para o desenvolvimento da responsabilidade social da UFAL por meio de ações de pesquisa e extensão atentas a realidade social e política do estado de Alagoas e seus diversos grupos sociais. O grupo de pesquisa “Estado, Desenvolvimento e Sociedade”, dentre outras atividades, tem atuado na produção e divulgação de trabalhos acadêmicos resultantes de processos dialógicos junto aos diversos grupos e movimentos sociais, objetiva contribuir para dirimir as desigualdades sociais presentes no estado, e oferecer à sociedade instrumentos de investigação academicamente orientados para a ação social.

6.4 Acessibilidade

A UFAL possui um núcleo de estudos (Núcleo de Acessibilidade - NAC) voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado às pessoas com necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente. Assim, o Núcleo de Acessibilidade foi criado em outubro de 2013 e desde então tem consolidado suas ações na Instituição, e, de acordo com a Lei 13.146/2015 visa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Em Arapiraca, o atendimento é promovido pelo Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE). Trata-se de uma instância de atendimento psicológico e assistencial aos estudantes vinculados aos campi do Sertão e Arapiraca. O NAE tem vinculação direta com a Gerência de Assistência Estudantil da sede). (GAE), a Gerência de Esportes (GEE) e as Coordenações de Política Estudantil e Ações Acadêmicas, sob a supervisão da Gerência Administrativa da PROEST. Os objetivos do NAE são:

I – Fornecer dados de realidade que contribuam para elaboração de programas e projetos que atendam às necessidades da comunidade;

II – Realizar estudos socioeconômicos visando à seleção de candidatos inscritos nos diversos programas;

III – realizar visitas domiciliares permitindo, assim, o conhecimento in loco da realidade social dos estudantes, estabelecendo formas de intervenção da instituição junto ao núcleo familiar da comunidade;

IV – Viabilizar o acesso da comunidade acadêmica às diferentes modalidades de assistência;

V – Proporcionar campo de estágio no NAE, possibilitando aos estudantes vivência teoria/prática e a interação junto ao setor;

VI – Prestar atendimento individual aos estudantes que sejam encaminhados por suas coordenações ou que procurem espontaneamente o setor;

VII – propor formas de intervenção visando à formação com qualidade e inclusão social;

VIII – fazer levantamentos contínuos de dados sobre a realidade estudantil que

permitam contribuir para delimitação e desenvolvimento de ações voltadas para a permanência do estudante em sua formação universitária;

IX – Estimular discussões e reflexões sobre temas que contribuam para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes;

X – Incentivar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, culturais e esportivos.

No que tange ao curso de Bacharelado em Administração, dentro de suas limitações e especificidades, tem-se incentivado docentes e técnicos a atender, sempre que houver necessidade, de forma especializada, àqueles que necessitam: disponibilizando material didático digital acessível - na biblioteca setorial, nas plataformas educacionais (Plataforma Moodle), e em formato impresso e ampliado (para alunos com baixa visão).

Ainda, do ponto de vista das estratégias relativas à organização didático-pedagógica, o curso conta com a inserção da disciplina eletiva de **Língua Brasileira de Sinais** (LIBRAS), em seu Projeto Pedagógico. Além do mais, o curso dispõe de Programa de Iniciação Científica (PIBIC), que visa auxiliar, tanto os alunos que buscam enriquecimento curricular, como aqueles que possuem algum tipo de dificuldade relativa à pesquisa científica.

Além disso, para assegurar a implementação da educação inclusiva, nas avaliações usa-se de práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como orientação para estender o tempo de avaliação para os alunos com deficiência por eles necessitarem de um período maior para desenvolverem as atividades. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

Ressaltamos que os casos, nos quais haja a impossibilidade de atendimento dentro do próprio Curso, seja por questões físicas, seja por questões de vulnerabilidades existentes, os mesmos são encaminhados para o NAE.

6.5 Inclusão e Política de Cotas

No ano de 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio.

Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL de destinar 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas, foi atendida em 2016. Nesse momento, a instituição atende plenamente à Lei nº 12.711/2012, inclusive no que tange a cotas para pessoas com deficiência.

6.6 Atividades de apoio ao discente

Com o objetivo de reduzir o índice de evasão e retenção no curso e maximizar o processo de aprendizagem, são promovidas diversas atividades durante o semestre:

Monitoria – semestralmente ocorre o processo seletivo dos monitores seguindo cronograma da Ufal. O mesmo é promovido por meio de encontros com os professores responsáveis pela (s) disciplina (s) e com os monitores. O cronograma de acompanhamento das atividades é apresentado pelo responsável pela atividade após conclusão de cada processo seletivo. Com a proposta de melhor conduzir tais ações, existe o Coordenação de Monitoria.

Tutoria - ocorre em substituição à turma convencional no caso de reprovação em disciplina (menos de 10 alunos), caso não haja oferta regular da disciplina no semestre seguinte. Tal procedimento aplica-se apenas aos alunos reprovados por média, ou seja, os alunos que, tendo participado de todas as avaliações previstas, inclusive a prova final, não obtiveram a pontuação mínima exigida para sua aprovação.

Minicursos – promovidos geralmente por alunos da empresa júnior, visam à atualização discente e devem prioritariamente versar sobre temas (ou abordagens) contemporâneos, contemplando temáticas diversas e circulantes no mundo presente, em escalas local e global, não devendo se restringir apenas à área de formação.

Simulados – aplicadas preferencialmente aos alunos que em vias de participar no Exame

Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), são provas com o objetivo de revisar conteúdos estudados ao longo do curso.

6.7 Políticas de Pesquisa

Dado o caráter interdisciplinar que lhe inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

Atualmente, o curso de Administração possui o grupo de pesquisa “**Estado, Desenvolvimento e Sociedade**”. O grupo conta com 10 pesquisadores (sendo 5 doutores, 4 mestres e 1 especialista) e, desde junho de 2015, vem se reunindo para discussão de textos relacionados à Economia Solidária e desde 2018 para estudos voltados a área de cultura. As discussões são conduzidas por alunos ou professores, definidos anteriormente à data de apresentação, gerando um momento de discussão e esclarecimento dos conteúdos.

O grupo produziu um artigo que foi enviado ao evento da SOBER-NE 2015. A partir de 2016, criou-se discussão sobre Formação de Alagoas com grupo de estudantes do curso de Administração e Administração Pública. Alguns pesquisadores do grupo orientam bolsistas do PIBIC, desde 2014. As Linhas de Pesquisa do grupo são: Administração Política e Finanças Públicas, Agricultura Familiar, Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, Economia solidária e a incubação de empreendimentos solidários, Estado, Desenvolvimento e Sociedade e Modelos para a Gestão Universitária.

Ainda, o curso participa do “Programa de Pesquisa e Capacitação em Gestão Pública Municipal no Agreste Alagoano”. Idealizado em 2012 pelos professores dos cursos de Administração e Administração Pública, o programa já teve o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e tem por finalidade criar uma rede de pesquisa e formação em gestão pública municipal com foco nos municípios da mesorregião do Agreste Alagoano. Na sua primeira etapa, foram contempladas as cidades de Arapiraca, Coité do Nóia, Feliz Deserto, Campo Alegre, Palmeira dos Índios e Maravilha.

Esse projeto orienta-se no aprofundamento da pesquisa sobre as principais dificuldades encontradas por gestores públicos em suas funções, contribuindo para o

desenvolvimento de programas de capacitação de servidores públicos da região. A ideia central é, a partir de profunda pesquisa sobre a realidade da gestão pública local, oferecer aos servidores uma formação adequada às necessidades reais da região, orientada para a eficácia na administração dos recursos públicos, possibilitando a oportunidade de melhoria concreta na execução de suas atribuições.

6.8 Extensão Universitária

A Universidade Federal de Alagoas, orientada pela base legal da Extensão Universitária Nacional, como preceitua a Constituição (1988), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996), o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Resolução Consuni-UFAL 04/2018 que estabelecem em seus objetivos institucionais consolidar e expandir os programas de extensão das unidades acadêmicas, articulando-os às demandas sociais. A consolidação dessa finalidade passa, obrigatoriamente, pela formação do estudante, sujeito da construção do conhecimento.

Mais especificamente sobre a Extensão Universitária creditada, o Plano Nacional de Educação PNE (2014-2024) aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, trata na Meta 12, estratégia 12.7 "assegura, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social". Nesse contexto, a UFAL no seu PDI (2013-2017) aponta que: as ações de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária como preconiza a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 a 2020. Porém, o novo PNE só entrou em vigor em 2014 e está em vigor até o ano de 2024, reafirmando os princípios básicos da extensão em sua Meta 12.7, a qual traz a seguinte estratégia para subsidiar a extensão, "assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social".

Diante desses marcos legais, o Conselho Universitário da UFAL aprovou a Resolução no 04 de 2018, com intuito de operacionalizar as ações de Extensão Universitária creditada no currículo dos cursos de graduação.

A política de extensão da UFAL, alinhada ao cumprimento dos propósitos e missão da universidade pública fundamenta-se em Dimensões, Princípios e Metodologias gerais norteadoras, no sentido da consolidação da institucionalização em suas dimensões processual e acadêmica, envolvendo setores da sociedade e a universidade, sobretudo todos os estudantes como corporação obrigatória na execução e no protagonismo da ação extensionista. Para tanto, a Extensão Universitária conta com duas modalidades: Atividades Complementares Extensionistas (Resolução 113/95 CEPE/UFAL) e a Extensão Universitária creditada no currículo do curso (Resolução 65/2014 e 04/2018 CONSUNI/UFAL).

Cumprir destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

Conforme os documentos orientadores da extensão universitária na UFAL no curso de Administração as dimensões estratégicas da extensão universitária são compromissos prioritários ou elementos estruturantes do curso, tais quais:

Formação Acadêmica

A formação acadêmica entendida como uma das dimensões da Extensão Universitária, em consonância com a realidade contemporânea, deve acompanhar as transformações sociais e as oportunidades. Nesse sentido, devem-se buscar mecanismos para uma formação generalista, humanística, crítica e reflexiva como definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES n.º 67/2003). A UFAL tem o compromisso com a formação, não só teórica, mas profissional de perfil versátil. Espera-se também que o cidadão formado pela UFAL, além da robusta formação científica e filosófica possua habilidades comunicativas, empreendedoras, contextualizado com a realidade local, regional e do mundo. Que seja fluente em idiomas estrangeiros e comprometidos com a preservação ambiental e respeito aos direitos humanos.

Produção de Conhecimento

A extensão transcende a sala de aula tradicional e promove a interação com os diversos setores da sociedade, favorecendo a produção, inovação e a difusão do conhecimento, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país. Cabe à extensão vincular a pesquisa e ao ensino, as necessidades da sociedade

e, ao mesmo tempo, buscar a construção e produção de conhecimento, visando à transformação da sociedade em que está inserida. Dentro desse balizamento, a produção de conhecimento, via extensão, se dá na troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular, tendo a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade com a consequente produção resultante do confronto com a realidade. Vale salientar que a pesquisa é parte indissociável da extensão. Contudo, essa pesquisa deve ser concebida como método investigativo de trabalho voltado às transformações sociais e à produção de conhecimentos. Caracteriza-se, efetivamente, como um processo educativo, reafirmando o compromisso da UFAL com a sociedade.

Interação com os setores da sociedade

Tal interação ocorre por meio de programas de extensão organizados com o apoio de organizações externas, como a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Uma das iniciativas de maior destaque são as formações empresariais promovidas pelo PAPECE para Micro e Pequenos Empresários e Microempreendedores individuais da cidade de Arapiraca, bem como o papel da empresa júnior (Consult Jr.).

O ponto de partida Consult Jr. se deu através do curso de Inglês ofertado a um valor acessível e além da oportunidade de colocar em prática os conteúdos abordados nas aulas. A empresa é formada por alunos de graduação e um professor-tutor da UFAL, e está há 9 anos estreitando o contato entre os estudantes de graduação e o mercado de trabalho, tornando mais enfática a relação do aprendizado dos mesmos e aprimoramento da obtenção de experiência em gestão.

A entidade tem por Missão “fortalecer a gestão de negócios através da prestação de serviços promovendo o desenvolvimento de seus membros, clientes e sociedade” e Visão “ser reconhecida como a melhor empresa júnior prestadora de serviço na área empresarial da região”.

Para se manter atuante a Consulti, a empresa Junior possui uma plataforma on line (www.consultjir.com.br/) e desenvolve diversos projetos e eventos como podem ser observar abaixo:

1. Inglês Universitário – Desde 2009, acontece semestralmente sua atividade é o curso regular de inglês com excelente qualidade e a um baixo custo, destinado à universitários da cidade de Arapiraca e regiões circunvizinhas;

2. PAPECE (Programa Arapiraquense de Pesquisa e Capacitação Empresarial) – atividade realizada anualmente desde 2011 por meio de capacitações empresariais sob medida para Micro e Pequenos Empresários e Micro Empreendedores individuais da cidade de Arapiraca nas áreas de Marketing, Finanças, Legalização e Planejamento. O programa já recebeu apoio da FAPEAL e beneficiou centenas de empresários locais.
3. Consultoria COINFRA – Desde 2016, ajuda na padronização dos processos dos setores da COINFRA do *campus* Arapiraca.
4. FENEC (Feira de Negócios e Cidades) – realizado em 2009, Feira de exposição de negócios da cidade de Arapiraca e região.
5. Make Money (Mercado de Capitais) – realizado em 2012. Palestra sobre mercado de capitais e investimento financeiro.
6. Semana de recepção/Integração dos “feras” – desde 2014, recepciona os novos alunos de administração ao mesmo tempo que integrá-los ao curso por meio de palestras, dinâmicas, apresentações de projetos que envolvem o curso e trotes solidários.

Além destes eventos/projetos, a Consulti tem realizado pesquisas de mercado, e atuado na área de secretária executiva de eventos, a exemplos: o V Encontro de Administração Política, o SOBER NE 2015 e o 2º Encontro de Zootecnia – UFAL Arapiraca.

Valorização da cultura local

As atividades voltadas para o desenvolvimento, produção, preservação e difusão cultural e artística são promovidas por meio de apresentações realizadas durante os eventos (congressos, seminários, encontros) organizados por docentes e discentes do curso. Durante o Encontro de Gestão para o Desenvolvimento, por exemplo, já foram realizadas apresentações de grupos de rendeiras, núcleos da terceira idade, quilombolas, da região do Agreste e Sertão alagoanos.

Diante das dimensões, o curso de Administração oferecerá as práticas extensionistas tanto de forma curricularizadas quanto as constantes nas atividades complementares a partir das demandas sociais do território. As ações de extensão complementares deverão acontecer em formato de programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviço e / ou produtos, os quais deverão estar cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA

da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

No contexto da curricularização, o curso de Administração contará com o programa intitulado: **Empreendedorismo para o Desenvolvimento Territorial**, detalhado a seguir:

6.8.1 PROGRAMA DE EXTENSÃO CURRICULAR NO CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO: Empreendedorismo para o Desenvolvimento Territorial

UNIDADE ACADÊMICA ENVOLVIDA: Campus Arapiraca Sede

JUSTIFICATIVA:

Cidade entroncamento, Arapiraca se constitui em um polo do desenvolvimento nordestino. Entre a tradição e a modernidade, entre o Sertão e o Litoral, uma cidade do Agreste, com forte potencial de desenvolvimento a partir de iniciativas empreendedoras, procurando tornar-se referência na prestação de serviços, bem como na implantação de processos de inovação.

Situada em um território entre a Zona da Mata e o Sertão alagoano, essa condição de fronteira a coloca em uma condição privilegiada de entrecruzamentos e fluxos, seja pela posição de entreposto, seja pela atração de fluxos migratórios fixos, Arapiraca consegue conglobar em si uma série de sujeitos que individualmente e coletivamente (re)articulam o espaço geográfico, dando novos signos e significados às formas tradicionais de uma típica cidade do interior do Nordeste brasileiro.

No mercado de trabalho, observa-se que a emergência de profissionais ligados aos setores criativos não sem razão, a implantação e ampliação de instituições de ensino superior na região e a criação de cursos como Ciência da Computação, Arquitetura, Administração e Administração Pública na UFAL Arapiraca, potencializam a inovação, o capitalismo estético, a governança corporativa e a gestão social, entre outros.

Respondendo a essas novas lógicas, temos o surgimento de uma série de novas empresas cada vez mais especializadas em inovações e tecnologias sociais. Nesse sentido, o surgimento de empresas de RH, consultorias, escritórios de arquitetura e construção civil, empresas que oferecem soluções de marketing digital, empresarial, enfim, toda uma rede de novas habilidades que são ofertadas e que, paulatinamente, vão oferecendo novos cenários para essa ~~velha~~ nova

cidade.

Assim, as atividades (AÇÕES) de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária como preconiza a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014 a 2024.

No caso do curso de Bacharelado em Administração, este percentual atende aos 10%, em cumprimento a Resolução nº 4, 2018 CONSUNI/UFAL.

ABRANGÊNCIA:

As ações de extensão propostas neste programa envolvem docentes de diversas áreas da administração (estratégia, marketing, finanças, operações, gestão de pessoas, projetos, métodos quantitativos, entre outras), bem como podem ser realizadas em parceria com organizações públicas, privadas ou da sociedade civil. O Programa contará com atividades ministradas pelos docentes, discentes e técnicos da UFAL, além dos parceiros firmados para a realização das ações. Reitera-se que a participação do aluno é um dos pilares das ações que viabiliza a extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político na busca da identificação e se necessário intervenção nos problemas locais e regionais do Estado.

ÁREAS TEMÁTICAS DO PROGRAMA:

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto se voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e

Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

Sendo que para o Programa de Extensão do curso de Administração atuará nas áreas de:

- Educação
- Tecnologia e Produção
- Trabalho.

As áreas temáticas foram escolhidas pela pertinência e aderência aos objetivos do programa, bem como com o perfil da comunidade no entorno. Neste sentido, observa-se um alinhamento entre as áreas e as Diretrizes Curriculares do Curso de Administração.

LINHAS DE EXTENSÃO:

- Educação profissional;
- Empreendedorismo;
- Emprego e renda;
- Gestão do trabalho urbano e rural;
- Gestão institucional;
- Inovação tecnológica;
- Organização da sociedade e movimentos sociais.

OBJETIVO DO PROGRAMA:

O **objetivo** do programa de extensão é desenvolver ações de extensão (projetos, cursos e eventos), como processo acadêmico definido e efetivado na promoção do empreendedorismo a partir das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas locais, a fim de promover desenvolvimento territorial, além de indispensável na formação do estudante, no trabalho dos professores, por meio do intercâmbio de conhecimentos com a sociedade no campo da gestão.

EMENTA:

O Programa “Empreendedorismo para o Desenvolvimento Territorial” foi desenhado como um conjunto articulado de projetos, cursos e eventos com objetivo de apresentar ao graduando a possibilidade de atuar/apreender/dialogar em áreas de grande pertinência social e econômica, principalmente, para o desenvolvimento do território de Arapiraca e região. As ações propostas terão caráter interdisciplinar e ocorrerão ao longo do curso.

METODOLOGIA:

As metodologias propostas para cada ACE assumirão a extensão universitária a partir de uma relação dialógica e de interação profunda entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes dos diversos cursos) e sujeitos sociais (empreendedores, gestores, cidadãos, profissionais, representantes da sociedade civil) dos territórios com os quais cada atividade irá interagir. O estudante deve ser estimulado a tornar-se protagonista de sua formação técnica e cidadã, estendendo-se tal movimento no âmbito da ACE – Atividades Curriculares de Extensão, aos diversos sujeitos sociais.

De um ponto de vista mais conceitual, o intuito da metodologia enquanto proposta de intervenção é aumentar o grau de conhecimento, participação e implicação das pessoas em torno dos problemas comuns afetando a vida de todos em seu local (organização ou território). Além disso, a metodologia visa ao fomento de um amplo processo de capacitação, seja de membros de organizações ou ainda população local para que estes assumam o protagonismo do processo de desenvolvimento e fortalecimento territorial ou organizacional de forma libertária e autônoma através de ações empreendedoras.

Os planos das atividades do Programa de Extensão devem almejar, obrigatoriamente, metodologias que sejam capazes de proporcionar práticas extensionistas. Para tanto, devem estar embasados nas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária:

- a) Interação Dialógica: o diálogo e troca de saberes substitui a relação desigual de superioridade dos saberes e fazeres acadêmicos, substituindo-os pela parceria com a sociedade, seus movimentos e suas organizações;
- b) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: provocar a interação de modelos, conceitos e metodologias originários das diversas disciplinas, interdisciplinas e áreas do conhecimento, levando em consideração para tanto a construção paulatina de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais;
- c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: as ACE (Dimensão Extensão) tornam-se mais efetivas quando se inter-relacionam com processos de formação (Dimensão Ensino) e com a

produção de conhecimento (Dimensão Pesquisa);

d) Impacto na Formação do Estudante: se dá pela ampliação das referências de ensino-aprendizagem por conta da relação direta com questões e realidades territoriais e organizacionais; e

e) Impacto e Transformação Social: colocar a ACE à disposição dos interesses e necessidades prementes das organizações e dos territórios ou mesmo contribuir para o aprimoramento das políticas públicas.

PÚBLICO ALVO e LOCAL DE ATUAÇÃO

O público alvo deste programa são os discentes, a comunidade acadêmica da UFAL e prioritariamente no âmbito privado os empreendedores individuais, microempreendedores e pequenos empresários e no campo do terceiro setor os empreendedores sociais, organizações da sociedade civil, representantes de movimentos sociais, incubadoras sociais e cooperativas.

O local de atuação prioritário é Arapiraca e região (municípios circunvizinhos).

PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

As ACEs serão realizadas entre o terceiro e oitavo semestre.

TIPOS DE ACEs ASSOCIADAS

O presente Programa de Extensão se divide em quatro modalidades distintas de atividades, em consonância com as diretrizes regulamentadas pela resolução 04/2018 do CONSUNI/UFAL:

- dois projetos de extensão com duração de dois semestres (144 horas),
- um curso com um semestre (57 horas),
- um evento semestral (57 horas cada).

A modalidade produto acadêmico deve dar origem a uma rede de acompanhamento, cooperação e transferência de conhecimento entre egressos e discentes.

ACEs:

- **ACE 1 e 2 - Projeto na linha de Empreendedorismo e Emprego e renda (114 horas)**

Prospecção, planejamento e execução de consultoria em elaboração de Plano de Negócio para

uma pequena e média empresa (PME) local devidamente registrada, incluindo pesquisa de mercado com base secundária e elaboração do modelo de negócio.

Diagnostico estratégico, identificação de posição ou situação estratégica da organização, apresentação de plano estratégico de intervenção e acompanhamento das ações para os negócios ligados a micro, pequena e médias empresas.

- **ACE 3 - Curso na linha de Empreendedorismo e Organização da sociedade e movimentos sociais. (57 horas)**

Espera-se realizar curso para gestores de empreendimentos sociais, trazendo a discussão sobre tecnologia social e inclusão produtiva e fim de realizar projetos de aplicação de conceitos sobre gestão social objetivos, desenvolvimento local, economia solidária, tecnologias e inovação social, além de potencializar a relação entre Estado e empreendedores na busca de fomentar o mercado local.

- **ACE 4 Evento na linha Inovação tecnológica; Empreendedorismo e Gestão do trabalho urbano e rural (57 horas)**

Criado em 2011 o **Congresso Gestão para o Desenvolvimento** é um evento já consolidado no cenário regional e que reuniu nas suas edições anteriores mais de 800 alunos, pesquisadores, professores e profissionais das mais diversas áreas. A proposta do congresso é agraciar uma região tão carente em conhecimento científico com a troca de experiências de profissionais gabaritados e altamente influentes nas suas áreas.

O Congresso Gestão para o Desenvolvimento, inicialmente parte integrante da disciplina de Gestão de Projetos, no atual formato do curso visa englobar todas as demais disciplinas, perpassando por diversas áreas do conhecimento e estimulando a formação de habilidade e atitudes de maneira prática e intuitiva. Dividido em 4 secretarias (Finanças, Programação Científica e Cultural, Marketing e Secretaria Executiva), a proposta do evento é fazer com que os discentes, com o auxílio dos professores, coloquem em prática as ferramentas e suportes teóricos adquiridos em sala de aula. Tendo como público-alvo: comunidade acadêmica da UFAL, estudantes de cursos de administração de Arapiraca e região e sociedade em geral.

- **ACE 5 e 6 Projeto na linha de Educação profissional; Gestão institucional; Emprego e renda (114 horas)**

Oportunizar a instituição subsídios para acompanhar a atuação dos egressos do curso de Administração e assim avaliar sua inserção no mercado de trabalho, oportunizando um feedback dos egressos em relação a sua formação e empregabilidade para os atuais alunos do curso. Por meio de rodas de conversa, transferência de conhecimento, mentoria, entre outras práticas que fortaleçam a rede entre os graduandos e egressos.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para acompanhar as ACEs os indicadores que serão utilizados são:

- Número de empreendedores mobilizados no projeto ACE 1 e 2
- Número de participantes inscritos e concluintes do curso da ACE 3
- Número de participantes no evento da ACE 4
- Número de pessoas mobilizadas no projeto ACE 5 e 6

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A Universidade e sua relação com o outro: um conceito para extensão universitária. *Educação Brasileira*, v. 23, n. 47, p. 65-79, 2001. BUFFA, E.; CANALES, P. R. Extensão: meio de comunicação entre universidade e comunidade. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos – Específicas para cada curso, e referente as orientações gerais;

Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). 2012. Política Nacional de Extensão Universitária. Imprensa Universitária. UFSM. 68p. Disponível em: < <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p. GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

MAXIMILIANO JR, M. Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU). Campina Grande – PB. EDUUFPG. 2017. 60p. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203-11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2004. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resolução No04/2018- Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Resolução No65/2014- Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.

7. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A metodologia utilizada no desenvolvimento das disciplinas previstas pelo programa do curso, parte da integração do ensino, pesquisa e extensão, como recomendação das diretrizes curriculares e objetivos do curso, uma vez que o perfil do egresso esperado demanda da plenitude do tripé desenvolvido na universidade.

Neste sentido, cada vez mais tem incentivado que os docentes adotem metodologias ativas como aprendizagem baseada em problemas, estimulando o uso de casos de ensino; que os docentes demonstrem e pratiquem a pesquisa como princípio educativo de forma colaborativa e compartilhada com os discentes; levantamento de temáticas de interesse dos graduandos a fim de aproximar as realidades e o conhecimento científico; realização de seminários e debates; aula expositiva dialogada; trabalhos em equipe; aulas semipresenciais com suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e EaD; uso da Plataforma Moodle como ferramenta didática.

Todas as metodologias respondem ao perfil de egresso esperado do curso, uma vez que um profissional de gestão deve conhecer e dominar ferramentas de apresentação em público, interação dialogada e mediada, usabilidade das plataformas tecnológicas, uma postura proativa e inovadora nas ferramentas de gestão, e sobretudo capacidade de realizar diagnósticos críticos e postura para tomada de decisões muitas vezes complexas.

O processo de ensino-aprendizagem aplicado pelo curso tem como proposta uma educação voltada para a conciliação entre teoria e prática, buscando desenvolver no discente habilidades e atitudes capazes de capacitá-lo para o ambiente organizacional e social. As atividades práticas são desenvolvidas por meio do contato constante com o mercado de trabalho (visitas técnicas, trabalhos de campo, palestras com dirigentes empresariais locais) e seminários estruturados apresentados por alunos com base nos conteúdos exigidos em cada disciplina. Além disso, as atividades de estágio obrigatório são uma excelente oportunidade do acadêmico associar a teoria com a prática na realização de levantamentos, diagnósticos e pesquisas, vivenciados em sala.

8. AS TECNOLOGICAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TICs

O Curso de Administração – Bacharelado – congrega docentes e discentes a uma série de recursos tecnológicos na conexão do trinômio universitário ensino-pesquisa-extensão. O uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs – ocorre em estudos coletivos, individuais, em apoios de monitoria e formação etc. Os estudantes acessam tais tecnologias como ferramenta de inclusão digital indispensável à formação do bacharel em ciências sociais.

No corpo curricular, todas as disciplinas têm a possibilidade de serem complementadas com atividades à distância por via do uso da Plataforma Moodle. Essa complementação não ultrapassa a 20% da carga horária total do curso, como preconiza a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Os professores também usam outras plataformas digitais de interação e informação, tais como blogs e sites no qual disponibilizam material de consulta e oferecem espaço para procedimentos de interação assíncronos. As unidades do curso usam, inclusive, as plataformas das redes sociais para manter a comunicação com os alunos, por via de perfil próprio e grupos de debate exclusivos dos alunos.

Tanto pelo Moodle, quanto pelos perfis das redes sociais, são disponibilizados avisos, ações, agilizando o relacionamento e a troca de informações de forma assíncrona e intermitente entre a comunidade atendida pelo curso.

As aulas são mediadas por recursos tecnológicos como o uso de Projetores de Multimídia e computadores interligadas com a rede de internet wi-fi gratuita com acesso liberado aos alunos, permitindo uma troca de informações e acesso às plataformas de exibição de vídeos e materiais de consulta durante as aulas.

9. PROCESSO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos. Deste modo, ela precisa estar definida, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico que, deverá prever tempo amplo para o processo de auto-avaliação pedagógica. A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação. O acompanhamento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem deverão estar em consonância com a própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso. Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e é integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente

na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré- constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

9.1 Avaliação Discente

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na LDBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no

1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do

rendimento escolar.

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1o – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas,

das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2o - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Ao nível do PPC do curso de Administração a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

Objetivando verificar como o projeto pedagógico vem contribuindo no processo de formação do aluno, o acompanhamento de alguns pontos é extremamente fundamental. Entre estes pontos, destacam-se:

- Índice de retenção dos alunos;

- Tempo de inserção do aluno no mercado;
- Mesas redondas anuais com alunos, professores e representantes da sociedade;
- Número de projetos de extensão registrados na Unidade Administrativa;
- Número de pesquisas registradas na Unidade Administrativa;
- Número de alunos envolvidos em projeto de pesquisa e em projeto de extensão;
- Tempo médio de permanência do aluno no curso.

9.2 Avaliação no contexto institucional

A avaliação conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos e se processa no âmbito do curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação da do processo ensino/aprendizagem. Deste modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico de Curso que, deverá prever tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituiu a criação de

comissões internas de autoavaliação. Respeitando essas orientações o CONSUNI – UFAL afere através da RESOLUÇÃO Nº 52/2013

O instrumento elaborado pela comissão do ICS teve formato digital, ancorado na plataforma Google Forms. Foram elaborados formulários específicos para docentes, técnicos e discentes. Esses formulários são anônimos, mas foram configurados para não receber respostas múltiplas. Desse modo, o formulário solicita que o respondente esteja logado na plataforma.

O formulário para docentes foi construído para a avaliação e autoavaliação das atividades exercidas e infraestrutura do ICS. Os docentes avaliaram as atividades, estímulos e promoção de atividades de cunho didático pedagógico realizadas pelo Instituto. Além disso, avaliaram o atendimento na secretaria, coordenação de curso e disponibilidade dos colegiados. A infraestrutura, o acesso à informação e a segurança também foram avaliados. O docente autoavalia sua dedicação às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, o cumprimento de prazos, sua pontualidade e assiduidade, bem como satisfação em fazer parte o ICS.

No formulário específico para técnicos há perguntas que pautam se há orientações por parte da chefia e se as atividades desenvolvidas são de competência de seu cargo. Esses servidores avaliam se há estrutura e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades e se os canais de comunicação são eficientes. Os técnicos também autoavaliam seu atendimento, dedicação e iniciativa para realização de suas atividades, bem como o cumprimento de prazos e satisfação em relação as funções que vem desempenhando.

O formulário para discentes é composto da seleção de disciplinas cursadas. A partir dessa seleção o aluno responde a um formulário específico para cada disciplina. Esse formulário consiste em apontar a disponibilização da ementa da disciplina e a coerência do plano de curso. Em seguida os alunos avaliam o curso em relação ao cumprimento das atividades propostas, didática empregada, utilização e disponibilização de recursos de T&I, assiduidade e pontualidade do docente. O discente também realiza a autoavaliação de seu desempenho em cada disciplina cursada, pontuando seu empenho e dedicação as atividades propostas. Após a avaliação de cada disciplina cursada no semestre o discente avalia o Instituto, sua infraestrutura, canais de comunicação e atendimento nas coordenações de curso e secretarias. O discente também autoavalia sua utilização da infraestrutura disponível e engajamento em atividades extracurriculares de pesquisa e extensão, por exemplo.

Os formulários são disponibilizados ao final de cada semestre na página institucional do

sistema acadêmico de discentes e docentes. Há ainda a divulgação do formulário na página do Instituto e na aba que contém informações sobre a CAA. As coordenações de curso ainda enviam um e-mail para todos os alunos solicitando sua participação na autoavaliação. Os docentes e técnicos também recebem um e-mail reforçando o convite à participação.

Até o presente momento a maior dificuldade da CAA tem sido a baixa participação dos discentes. O plano de atividades da CAA está centrado em melhorar a adesão e portanto, conseguir produzir uma avaliação válida, com ações adequadas para sanar as fragilidades desveladas.

9.3 Comissão de Autoavaliação

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituiu a criação de comissões internas de autoavaliação. Respeitando essas orientações o CONSUNI – UFAL afere através da RESOLUÇÃO Nº 52/2013, a criação das CAA's.

O Núcleo de Tecnologia da Informação da UFAL trabalha para unificar o sistema de autoavaliação de cada instituto à avaliação institucional realizada pela Comissão Permanente de Autoavaliação da universidade.

As coordenações de curso ainda enviam um e-mail para todos os alunos solicitando sua participação na autoavaliação. Os docentes e técnicos também recebem um e-mail reforçando o convite à participação. Até o presente momento a maior dificuldade da CAA tem sido a baixa participação dos discentes.

10. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS

As atividades pedagógicas e técnico-administrativas do Curso de Administração – Bacharelado são realizadas no *campus* Arapiraca. O Curso conta com salas para funcionamento das Coordenações de Curso e uma Secretaria, além de uma sala de reuniões e uma sala de professores, ambas compartilhadas com o curso de Administração Pública. A universidade disponibiliza entre 4 (quatro) e 5 (cinco) salas de aulas (variando de acordo com o semestre) equipadas com carteiras escolares, quadros e mesa.

Quadro 6. Infraestrutura e Recursos Materiais

QUANT	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
04/05	Sala de Aula	Cada sala de aula possui 40 carteiras, 04 ventiladores em funcionamento e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de Coordenações	A sala abriga a coordenação do curso e dispõe de mesas de apoio, 01 computador conectados em rede, 01 impressora laser, 01 impressora jato de tinta, 01 impressora A3, 01 aparelho de ar condicionado, 03 armários, 01 aparelho de data show, 01 notebook e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Secretaria Geral	A sala abriga 02 computadores conectados em rede, 02 impressoras a laser, mesas de apoio, 02 estantes de aço e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de reuniões	A sala abriga 08 aparelhos de data show, 01 mesa de reuniões, 06 cadeiras, 01 armário com divisórias, 01 tela de projeção e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de professores	A sala abriga 06 mesas, 06 cadeiras, 02 armários de aço, 01 aparelho de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio), define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na Ufal os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do

Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006- CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório, desde que previstos nos projetos pedagógicos dos cursos.

O estágio curricular supervisionado obrigatório para o curso de Administração está previsto e orientado a partir do Artigo 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso Superior de Graduação em Administração (2005):

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

Sendo que o estágio deve ser supervisionado periodicamente por um professor do curso com formação ou experiência na área de atuação das atividades do estágio. Essas atividades deverão ser orientadas e programadas a partir de um plano de atividades, com a obrigatoriedade de avaliações periódicas previstas nas normativas institucionais e dos cursos da Ufal. Além disso, a carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir 380 horas, podendo ser realizado entre o 5º e o 8º período do curso. Por recomendação do Conselho Federal de Administração, a carga horária do estágio supervisionado do curso deverá corresponder a, pelo menos, 10% da carga horária total do curso.

Em relação as condições de exequibilidade, ressalta-se que as atividades do estágio serão desenvolvidas de forma teórico/prática, podendo ser realizadas das seguintes formas:

- a) Nas dependências da Ufal, como prevê o §3º do Art. 2º da Lei do Estágio;
- b) Execução do estágio nas áreas profissionalizantes do curso, para alunos que não estão empregados;
- c) Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração, para alunos que trabalham (devidamente comprovados), dentro do seu próprio trabalho;
- d) Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração, para alunos que não trabalham, atuando em

organizações públicas e privadas e com a respectiva autorização da Coordenação de Estágio e da organização onde ocorrerá à atividade;

e) Atividade de direção e presidência em empresa júnior de curso de administração.

A estruturação do estágio formaliza-se através de atividades compreendendo, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

- **Apresentação de termo de compromisso:** o estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre o estudante, o docente orientador e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que o discente tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio (GEST)
- **Elaboração do plano de trabalho:** o estágio deve estar no contexto da formação acadêmica e ser apresentado para registro pelo Colegiado e devidamente aprovado e acompanhado por um docente orientador.
- **Desenvolvimento das ações programadas:** o estágio deve ressaltar o lado da qualidade formal, no aprimoramento das condições instrumentais do exercício profissional.
- **A avaliação final do estágio:** deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao Coordenador de Estágio e ao Colegiado do Curso, avaliado e assinado pelo orientador e pelo supervisor do estágio.

Essas atividades deverão estar compreendidas dentro das diferentes áreas de atuação do curso, tais como: finanças, marketing, gestão de pessoas e produção.

Sobre o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é atividade opcional integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares. A carga horária será de no máximo 30 horas semanais, desde que não haja prejuízo nas atividades acadêmicas obrigatórias. Nos períodos de férias escolares poderão ocorrer atividades de estágios não obrigatórios, sendo a jornada de trabalho estabelecida entre o estagiário e a parte concedente, com interveniência da UFAL, através da Coordenação de Estágios Curriculares do curso.

O Estágio Não-Obrigatório poderá, respeitada a Resolução nº 71/2006-

CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ser transformado em Estágio Obrigatório, mediante parecer favorável do Colegiado de Curso, a depender da análise e apreciação da coordenação do curso, aprovado no Colegiado do respectivo curso.

As demais providências e orientações estão previstas no manual e nas normatizações internas de estágios do curso, inseridas no Apêndice I.

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São consideradas atividades complementares aquelas que enriquecem o currículo do aluno e ajudam na aquisição de suas competências e habilidades. As Atividades Complementares da UFAL estão institucionalizadas através da Resolução nº 56/95 – CEPE, de 18 de julho de 1995 e da Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995 e previstas para se integralizarem em até 10% da carga horária fixa. O curso de Administração segue estritamente essa Resolução e o que preconiza o Artigo 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração

- Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2005 (MEC, 2005, p. 3):

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Neste projeto são aceitas as seguintes atividades, relacionadas com o curso de administração:

Atividades Complementares	Carga-horária máxima
Participação em eventos: Seminários, fóruns, palestras, minicursos, oficinas, sendo que cada atividade não pode ultrapassar 40 horas	120
Disciplinas oferecidas por outras instituições e/ou unidades acadêmicas não contempladas no currículo do curso	120

Participação em Empresa Júnior vinculadas às áreas estratégicas do curso de Administração	120
Monitoria	120
Participação com bolsa ou voluntária em projetos de iniciação Científica	120
Estágios curriculares não-obrigatórios	120
Participação com bolsa ou voluntária em projetos de extensão	120
Viagens de estudos (intercâmbio)	120
Núcleos ou Módulos temáticos	100
Atividades voluntárias desenvolvidas com organizações privadas, públicas e não governamentais	60
Participação na organização de eventos acadêmicos	60

O aluno deverá cursar, pelo menos, duas das atividades complementares desde o início do curso. Assim, será evitada a acumulação no final do mesmo. Muito mais do que isso, a integralização da parte flexível por semestre permitirá ao aluno vivenciar desde já a universidade através de um ritmo diferenciado daquele que só é vivido em sala de aula.

13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com o Artigo 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração - Resolução N° 4, de 13 de Julho de 2005:

O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio (MEC, 2005, p. 3).

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Resolução nº 4, de 2 de fevereiro de 2006, no Art. 10. O trabalho de curso é componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórica-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e

consolidação das técnicas de pesquisa.

A Resolução nº 25/2005 do CEPE, de 26 de outubro de 2005, no Art. 18, reza o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL, assumindo a seguinte conformação:

I – O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para integralização do Curso.

II – A matrícula no TCC se dará automaticamente a partir do período previsto no PPC para sua elaboração, não tendo número limitado de vagas, nem sendo necessária a realização de sua matrícula específica no Sistema Acadêmico.

III – A avaliação do TCC será realizada através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega do trabalho definitivo, sendo considerada a nota mínima 7,0 (sete), nas condições previstas no PPC.

IV – Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula- vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou quando atingir o prazo máximo para a integralização de seu curso, quando então o mesmo será desligado.

A carga horária prevista para o TCC no curso de administração é de 108 horas. O TCC será elaborado individualmente e poderá ser formatado nas seguintes categorias:

- a) Monografia – seguindo as normas ditadas pela ABNT e regulamentações próprias do Colegiado de Curso;
- b) Plano de Negócios – atendendo as expectativas de um dos perfis desejado para o aluno egresso do curso. Também deve atender a regulamentações do Colegiado de Curso.
- c) Relatório de Iniciação Científica – para alunos envolvidos com projeto de iniciação científica por no mínimo 6 meses, desde que não utilizados cumulativamente com a parte flexível do curso.

O TCC será defendido perante uma banca examinadora composta pelo orientador, coorientador (caso exista) e dois outros docentes com conhecimentos e atuação em áreas afins, sendo estes pertencentes ou não ao quadro de professores da UFAL. O TCC deverá seguir as seguintes recomendações:

- a) Trabalho individual, com tema de livre escolha do aluno, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais;
- b) Desenvolver trabalho sobre a supervisão de professores orientadores, escolhidos pelo estudante entre os docentes do curso, ou co-orientador pertencente a área afim;
- c) A Coordenação de TCC fará ampla divulgação, uma vez por semestre, do Edital de TCC. Em casos excepcionais, poderá haver mais de um Edital no mesmo semestre;
- d) Deverá ser encaminhada à Coordenação de TCC solicitação de defesa, constando a formação da banca examinadora;
- e) A presidência da banca examinadora será do orientador;
- f) O trabalho deverá estar dentro das normas de TCC do Curso e seguir estritamente as regras da ABNT com relação a sua formatação;
- g) O aluno deverá disponibilizar à banca o trabalho impresso e encadernado dentro do prazo mínimo de 15 (quinze) dias;
- h) Após a defesa, caso necessário, o aluno terá 30 (trinta) dias para providenciar os ajustes apontados pela banca, encaminhando apenas ao orientador a versão atualizada do TCC. Se aprovadas as alterações, o aluno deverá seguir os trâmites estabelecidos pela Biblioteca da universidade.

14. COMPONENTES CURRICULARES

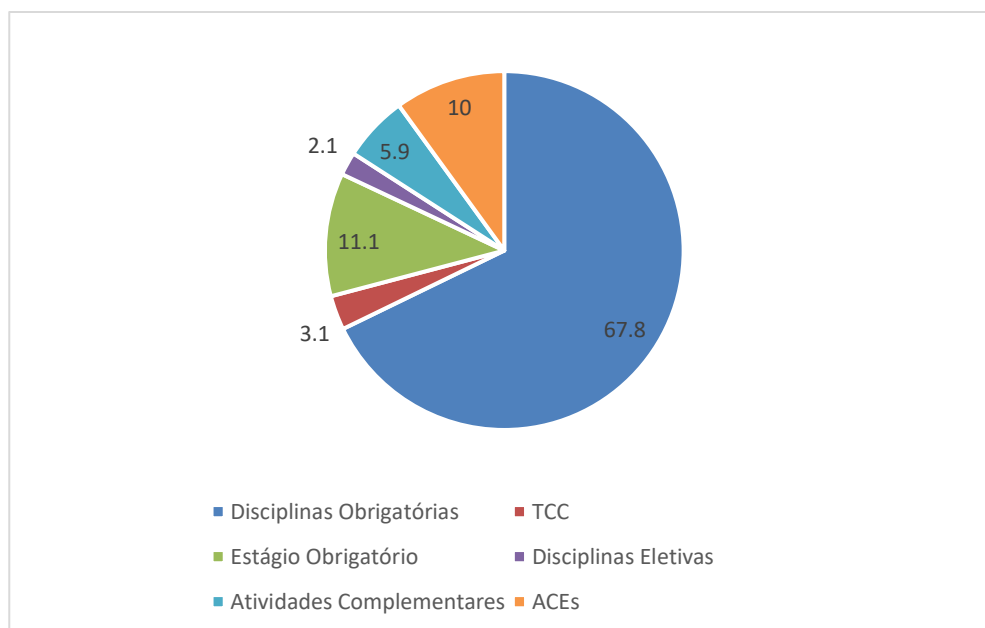
Considerando as disciplinas obrigatórias, as eletivas, bem como as Atividades Complementares, o Estágio Supervisionado Obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso, o resumo da distribuição da carga horária, bem como os percentuais equivalentes, por componente curricular do Curso de Graduação em Administração da UFAL, *campus* Arapiraca, são apresentadas a seguir a carga horária mínima por componente e total para integralização do curso.

Quadro 7. Componentes curriculares do curso

Componentes Curriculares	Carga horária	Percentual
Disciplinas Obrigatórias	2322	67,8%
Trabalho de Conclusão de Curso	108	3,1%
Estágio Obrigatório	380	11,1%
Parte fixa	2810	82,0%
Disciplinas Eletivas	72	2,1%
Atividades Complementares	200	5,9%
Parte móvel	272	8,0%
TOTAL	3082	-
Atividades Curriculares de Extensão	342	10,0%
TOTAL	3424	100%

A seguir é apresentada a representação gráfica dos componentes citados.

Figura 1 - Distribuição percentual dos componentes curriculares do curso



Fonte: Autoria dos pesquisadores com base nos dados apresentados.

15. MATRIZ CURRICULAR

Em consonância com as Diretrizes Curriculares do curso de Administração, instituídas por meio da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, o curso de Administração prima pela interdisciplinaridade, integração entre teoria e prática e formas inovadoras de avaliação do ensino e da aprendizagem. Além disso, com relação aos temas e/ou disciplinas de oferta obrigatória por força de determinação legal, o curso estimula o diálogo entre as disciplinas, tornando o processo de ensino/aprendizagem mais dinâmico e produtivo. Nesse sentido, as principais áreas são:

15.1 Educação Ambiental

O Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores. O curso de Administração atende à legislação por meio das disciplinas obrigatórias de Empreendedorismo (36h), ofertada no 2º período, Sociedade e Desenvolvimento (72h), ofertada no 6º período, e Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos (54h), ofertada no 7º período.

Ainda, as questões ambientais são discutidas nas disciplinas eletivas de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, ambas com carga-horária de 36h, cujo objetivo é estudar a evolução da questão do Meio Ambiente no cenário internacional, da biodiversidade, do desenvolvimento Sustentável e do rumo da Sustentabilidade Global.

15.2 Relações Étnico Raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Em atenção à Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, o curso de Administração vem tratando a temática de forma transversal, uma vez que disciplinas como Sociedade e Cultura, Antropologia Organizacional e Teorias Organizacionais tratam do contexto organizacional na perspectiva

da diversidade cultural, de raça, gênero, além de trazer uma perspectiva crítica sobre os espaços e relações organizacionais.

15.3 Educação em Direitos Humanos

Para os cursos de bacharelado, o Art. 9 da Resolução CNE 01/2014, estabelece:

A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.

Assim, os PPC deverão tratar a temática de modo transversal e conforme ainda o art.7º da mesma resolução:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional

A Educação em Direitos Humanos no curso de Administração da UFAL adequa-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012. Assim como na área anterior, o curso vem tratando a temática de forma transversal preocupando-se em debater temas como trabalho escravo, trabalho digno, preconceito nas organizações, gênero, direitos humanos, entre outras temáticas contemporâneas fundamentais para a formação do profissional em administração. Disciplinas como como Sociedade e Cultura, Antropologia Organizacional e Teorias Organizacionais trarão para debate a questão dos direitos humanos no âmbito das organizações.

16. ORDENAMENTO CURRICULAR

O Curso de Administração do *campus* Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas tem seu Currículo pleno estruturado em oito semestres. O curso tem um total de 3424 horas/aulas, correspondendo a 39 disciplinas obrigatórias (2322 horas), 02 eletivas (72 horas), 380 horas de Estágio Curricular Supervisionado e 108 horas do Trabalho de Conclusão de Curso. Estas atividades devem ser integralizadas em 8 períodos, com duração mínima de 4 (quatro) anos e máxima compreendendo o tempo mínimo de integralização mais 50% desse tempo, em atendimento ao parecer CNE/CES N°8/2007, de 31 de janeiro de 2007.

É obrigatório ainda ao aluno o cumprimento de uma carga horária referente à realização de **Atividades Complementares** para cumprir uma exigência do Projeto do Curso de 200 horas como **Parte Flexível**, que podem ser complementada ao longo do curso.

Também se exige o cumprimento de uma carga horária mínima de 380 horas/aulas relativas ao **Estágio Curricular Obrigatório**. Estas últimas são atividades que abrangem a experiência prática em ambiente profissional, nas dependências da Universidade e fora dela.

O aluno só poderá colar grau quando cumprida todas as exigências previstas pelo Projeto do Curso de Administração do Campus Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas.

A partir da estrutura curricular apresentada, e partindo da premissa de que o curso de Administração de Empresas é um campo de conhecimento múltiplo, destaca-se disciplinas de outros campos do saber, como Direito, Economia, Contabilidade, Antropologia, Sistemas de Informação, garantindo a **interdisciplinaridade** do curso em todos os semestres curriculares, relacionando os conteúdos de tais disciplinas com o objetivo de aprofundar o conhecimento.

Além disso, destaca-se a aproximação da **relação teoria e prática**, uma vez que a formação do administrador de manda além da articulação entre as organizações e a sociedade, neste sentido, trazer para as disciplinas fins exemplos concretos, estímulo dos debates a partir das experiências trocadas entre os docentes e os discentes a partir da prática profissional.

Outro ponto relevante está na oferta de três disciplinas eletivas que trabalha questões atuais enfrentadas nas organizações e os interesses de aprendizagem profissional dos alunos, permitindo a **flexibilidade** dos conteúdos e conhecimentos repassados.

16.1 ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR

A estrutura e conteúdo curricular com as bibliografias do Curso de Administração contempla uma oferta semestral de disciplinas, organizadas mediante a seguinte configuração geral.

Quadro 8. Ordenamento curricular por período das disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso de Administração.

1o. SEMESTRE				
Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Introdução à Informática	54		54
	Matemática Fundamental	36		36
	Introdução à Administração	54	18	72
	Introdução à Economia	72		72
	Introdução à Contabilidade	72		72
		288	18	306
2o. SEMESTRE				
Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Teorias Organizacionais I	54	18	72
	Microeconomia	36		36
	Introdução à Estatística	36		36
	Noções de Cálculo dif. e integral	54	18	72
	Metodologia da Pesquisa em Administração	36		36
	Sociedade e Cultura	72		72
	Empreendedorismo	36		36
		324	36	360
3o. SEMESTRE				
Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Estatística Aplicada	54	18	72
	Macroeconomia	54		54
	Teorias Organizacionais II	54	18	72

	Filosofia da Ciência	72		72
	Antropologia Organizacional	36		36
	Eletiva I	36		36
	ACE 1: Projeto na linha de Empreendedorismo e Emprego e renda		57	57
		306	93	399
4o. SEMESTRE				
Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Introdução ao estudo do Direito	36		36
	Contabilidade Gerencial	72		72
	Matemática Financeira	72		72
	Gestão de Processos	36	18	54
	Planej. Estratégico e Governança	54	18	72
	ACE 2: Projeto na linha de Empreendedorismo e Emprego e renda)		57	57
		270	93	363
5o. SEMESTRE				
Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Direito Empresarial	54		54
	Algoritmo	72		72
	Gestão da Produção	54	18	72
	Gestão de Projetos	36	36	72
	Análise das Demonstrações Contábeis	36		36
	ACE 3: Curso na linha de Empreendedorismo e Organização da sociedade e movimentos sociais.		57	57
		252	111	363
6o. SEMESTRE				

Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Direito do Trabalho	54		54
	Gestão Financeira e Orçamentária	54		54
	Gestão Mercadológica	54	18	72
	Gestão de Pessoas I	54	18	72
	Sociedade e Desenvolvimento	72		72
	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	36		36
	ACE 4: Evento na linha Inovação tecnológica; Empreendedorismo e Gestão do trabalho urbano e rural		57	57
		324	93	417
7. SEMESTRE				
Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Gestão de Pessoas II	54	18	72
	Gestão da Qualidade	36		36
	Pesquisa em Marketing	72		72
	Ética	72		72
	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos	36	18	54
	ACE 5: Projeto na linha de Educação profissional; Gestão institucional; Emprego e renda		57	57
		270	93	363
8. SEMESTRE				
Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Total
	Seminário para TCC	18	36	54
	Pesquisa Operacional	36		36
	Eletiva II	36		36
	Estratégia Organizacional	72		72
	Atividades Complementares		200	200

	Estágio Curricular Supervisionado	18	362	380
	ACE 6: Projeto na linha de Educação profissional; Gestão institucional; Emprego e renda		57	57
		180	655	835
TOTAL GERAL: 3.424				

16.2 Quadro das disciplinas eletivas

Código	Disciplinas	Carga horária		
		Teórica	Prática	Semestral
	Sustentabilidade	36	-	36
	Criatividade nas organizações	36	-	36
	Liderança Consciente	36	-	36
	Desenvolvimento Organizacional		-	36
	Gestão da Inovação	36	-	36
	Tópicos Especiais em Administração	36	-	36
	Gestão de Serviços	36	-	36
	Conjuntura Econômica	36	-	36
	Jogos de Empresa	36	-	36
	Comunicação Empresarial	36	-	36

16.3 Pré-requisitos

O curso de Administração, *campus* Arapiraca, adota o formato de disciplinas com pré-requisitos. Tal especificidade justifica-se pelo caráter de dependência de conteúdos que algumas disciplinas possuem. Desse modo, o curso entende que causaria prejuízos ao aluno cursar uma disciplina de um semestre mais avançado sem ter contemplado os conteúdos mais básicos constantes na grade curricular. As disciplinas que possuem pré-requisito são discriminadas no tópico que se segue.

17. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR

17.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
1º	54	-	54	-
EMENTA				
Contextualização histórica do avanço das tecnologias digitais. Conceitos básicos sobre sistemas operacionais e redes de computadores. Apresentação de ferramentas para a construção e apresentação do conhecimento. Discussão sobre os diferentes tipos de licenças de software.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BASTOS, B. et al. Introdução à educação digital: caderno de estudo e prática. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância; 2008. 268 p. http://webeduc.mec.gov.br/Proinfo-integrado/Material%20de%20Apoio/apostila_press.pdf</p> <p>FILHO, C. F. História da computação: O Caminho do Pensamento e da Tecnologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/online/historiadacomputacao.pdf</p> <p>SEBBEN, A. e MARQUES, A. C H. Introdução à informática: uma abordagem com Libreoffice. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2012. ftp://ftp.feis.unesp.br/softwarelivre/libreoffice/Writer/Apostila/Introducao-a-Informatica-com-LibreOffice.pdf</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>GUSMÃO, Claudio de Oliveira. Design e Tecnologias Digitais Facebook como ambientes potencialmente colaborativos. 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp147172.pdf</p> <p>MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. xiv, 138 p.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução a informática. Makron Books, 1997. 619p.</p> <p>ROCHA, Tarcízio da. OpenOffice.org 2.0 - base: conhecendo e aplicando. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006. 214 p.: (Free)</p> <p>RIBEIRO, W. A competência humana à frente das tecnologias: como identificar as fragilidades mais comuns dos procedimentos de segurança na rede de computadores de uma empresa. 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000453.pdf</p> <p>SABINO, Vanessa Cristina. Um estudo sistemático de licenças de software livre. 2011.</p>				

MATEMÁTICA FUNDAMENTAL		
Período	Carga Horária	Pré-requisito

1º	Teórica	Prática	Total	-
	36	-	36	
EMENTA				
Funções. Função afim. Função quadrática. Funções definida por partes. Funções trigonométricas. Função exponencial. Função logarítmica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BOULOS, P. Pré cálculo. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001. BOULOS, P. Cálculo diferencial e integral. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999. DEMANA, F.D., et al. Pré-cálculo. São Paulo: Addison Wesley, 2009. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos e funções. São Paulo: Atual, 2013.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. Porto Alegre: Bookman, 2000. ÁVILA, G.S.S. Cálculo das funções de uma variável. Rio de Janeiro: LTC, 2006. IEZZI, G., et al. Tópicos de matemática. São Paulo: Atual, 1981. LARSON, R.E., HOSTETLER, R.P., EDWARDS, B.H. Cálculo com geometria analítica. Rio de Janeiro: LTC, 1998. MORETTIN, P.A., HAZZAN, S., BUSSAB, W.O. Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2009. PESCO, D.U., ARNAUT, R.G.T. Matemática básica: módulo 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.				

INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
1º	54	18	72	-
EMENTA				
Esta disciplina busca trazer conhecimento ao estudante acerca da evolução da Administração - tecnicismo x comportamentalismo. A Administração Científica, a Escola Clássica, a Escola de Relações Humanas e a teoria comportamental na administração, o Modelo Burocrático das Organizações, a perspectiva da racionalidade segundo Weber, o Modelo Sistêmico de Organização e a abordagem contingencial. Assim, procura introduzir a discussão sobre os conceitos fundamentais de cada teoria administrativa com vistas à sua utilização na análise dos fenômenos organizacionais; dominar os fundamentos conceituais da teoria administrativa, a fim de permitir o posterior e constante aperfeiçoamento profissional na área administrativa.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira, 2002. WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 2002. (vol. 1 e 2).				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

MAXIMIANO, Antonio Cesar. Amaru. Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIRELES, Manuel. Teorias da Administração. São Paulo: Futura, 2003.

NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. Teoria Geral da Administração para o século XXI. São Paulo: Ática, 2007.

TEIXEIRA, Élson A. Tga & P. Teoria Geral da Administração e Prática. Ed. Fgv, 2005.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	-
1º	72	-	72	
EMENTA				
<p>Conceitos Básicos de Economia. Necessidade X Produção. Problema Econômico Fundamental. Custo de Oportunidade. Demanda e oferta, equilíbrio de preço. Elasticidade. Economia de Mercado, Economia Mista e Economia Socialista. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: Teoria do Consumidor, da firma e mercado. Noções de Inflação.</p>				

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	-
1º	72	-	72	
EMENTA				
<p>Apresenta a contabilidade e seu campo de aplicação, analisando questões como a do patrimônio da empresa (procedimentos contábeis básicos), do plano de contas, das operações de organizações e instalações contábeis e por fim, da elaboração de balanços.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ALMEIDA, M. C. Curso básico de contabilidade: introdução à metodologia da contabilidade. São Paulo: Atlas. IUDICIBUS, S., MARION, J. C. Manual de contabilidade para não contadores. São Paulo: Atlas. MARION, J. C. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>IUDÍCIBUS, Sérgio de; e Outros. Contabilidade Introdutória. São Paulo, Atlas. MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. São Paulo, Atlas. PADOVEZE, C. M. Manual de contabilidade básica. São Paulo: Atlas.</p>				

TEORIAS ORGANIZACIONAIS I				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	Introdução à Administração
2º	54	18	72	
EMENTA				
<p>A disciplina pretende apresentar ao aluno conteúdos necessários ao bom funcionamento organizacional. Esses conteúdos destinam-se aos conhecimentos básicos das organizações, das funções do administrador e o processo administrativo de planejamento, de execução e de</p>				

controle.- A disciplina propõe uma visão moderna da administração e as características da gestão das organizações no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Luis César G. de. Teoria geral da administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, c2003
 MAXIMIANO, Antonio Cesar. Amaru. Teoria Geral da Administração. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 2011.
 MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2002, 2ª. edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JONES, Gareth R. Teoria das Organizações. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
 ROBBINS, Stephen Paul. A Nova Administração: Mudanças e Perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2014.
 SOBRAL, F; PECI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

MICROECONOMIA

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
2º	36	-	36	Introdução à Economia

EMENTA

Conceitos de Microeconomia, demanda oferta, equilíbrio de preços nos mercados, elasticidade, custo de produção, Estrutura de mercado, maximização de lucro e minimização de custos, oferta competitiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009.
 PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo.
 VARIAN, Hal. Microeconomia – Princípios Básicos. 5 edição. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
2º	36	-	36	-

EMENTA

Conceitos básicos em Estatística. Estatística Descritiva. Amostragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, D.R.; SWEENEY, D.J.; WILLIAMS, T.A.; Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
 BRUNI, A.; L. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.
 FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.
 LAPPONI, J. C. Estatística usando Excel. São Paulo: Editora Campus, 2005.

LARSON, R.; FARBER, L. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2004.
 TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística, 9.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2005. 682p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica, 8.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, 575 p.
 FERREIRA, D. F. Estatística Básica. 2a ed. Lavras: Editora UFLA. 2013. 664 p.
 OLIVEIRA, M.S. de; BEARZOTI, E.; VILAS BOAS, F.L.; NOGUEIRA, D.A.;
 NICOLAU, L.A.; OLIVEIRA, H.S.S. de. Introdução à Estatística, 2a ed.. Lavras: Editora UFLA, 2014. 462p.
 MAGALHÃES, M. N; LIMA. C. P. Noções de Probabilidade e Estatística, IME - USP, São Paulo, 2001.
 MORETTIN, L. G. Estatística Básica. São Paulo: Pearson Education do Brasil Editora, 2010. 276 p.

NOÇÕES DE CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
2º	54	18	72	Matemática Fundamental

EMENTA

Noção intuitiva de limites e continuidade. Introdução ao estudo de derivadas e integrais. Algumas técnicas de derivação e integração. Aplicações da derivada e da integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTON, H., BIVENS, I., DAVIS, S. Cálculo, Volume 1, 10ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2014.
 BOULOS, P. Cálculo diferencial e integral. Volume 1. São Paulo, SP: Pearson Education, 1999.
 STEWART, J. Cálculo, Volume 1, 7ª edição. São Paulo, Cengage Learning, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLEMMING, D.M., GONÇALVES, M.B. Cálculo. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. São Paulo, SP: Pearson, 2007
 GUIDORIZZI, H.L. Um curso de cálculo. Volume 1, 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
 LARSON, R.; EDWARDS, B. H. Cálculo com aplicações. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
 SIMMONS, G. F. Cálculo com geometria analítica. Volume 1. São Paulo: McGraw- Hill, 1987.
 SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com geometria analítica. Volume 1, 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.

METODOLOGIA DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
2º	18	36	54	-
EMENTA				
Planejamento de pesquisa. Aplicação de teorias e técnicas na elaboração de projetos de pesquisa como prévia do trabalho de conclusão de curso. Desenvolvimento de competências para a leitura, análise e interpretação de textos acadêmicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. revista e ampliada São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.</p> <p>BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.</p> <p>BECKER, Grace Vieira & MELLO, Maria Ivone de. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>_____. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Luzimar Silva. Manual para normalização de monografias. 3.ed. rev. atual. e ampl. São Luís, 2002.</p> <p>PÁDUA, Elisabete Matallo M. de. O processo de pesquisa. Campinas: Papyrus, 1996.</p> <p>PEREIRA, José Matias. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Da pesquisa científica como processo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto N. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1990.</p> <p>VIEIRA, Marcelo Milano Falcão & ZOUAIN, Deborah Moraes. Pesquisa qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.</p> <p>YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p>				

SOCIEDADE E CULTURA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
2º	Teórica	Prática	Total	-
	72	-	72	
EMENTA				
Sociedade como lócus das relações sociais. Conceito de cultura e notas antropológicas. Reflexões sobre o conceito de sociedade e sua interface com a cultura. A indústria cultural de massa e seu lugar na sociedade capitalista. Cultura e democracia. Discussão sobre a formação sociocultural brasileira. Relações étnico-raciais no Brasil e no Nordeste e Direitos Humanos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CHINOY, Ely. Sociedade: Uma introdução à sociologia. São Paulo. Ed. Cultrix, 2002 DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2005. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005. ORTIZ, Renato. Universalismo e diversidade: Contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo editorial, 2015. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.				

EMPREENDEDORISMO				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
2º	Teórica	Prática	Total	-
	36	-	36	
EMENTA				
Mindset de crescimento e empreendedor como ponto de partida do processo empreendedor. Planejamento pessoal para o sucesso. Identificação de uma Ideia de Negócio e construção do Plano de Negócio, trazendo uma reflexão sobre meio ambiente, impactos e sustentabilidade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
EKER, T. Harv Os Segredos da Mente Milionária. Editora: Sextante, 2013. GERBER, M. E. O Mito do Empreendedor. Editora Saraiva, 1996. MURPH, Mark. Metas que desafiam - a Ciência dos Feitos Extraordinários. Editora Clio, 2012. DUHIGG, Charles. A Força do Hábito. Editora Objetiva, 2012. TIMONTH, Ferris. Trabalhe 4 horas por semana. Editora Planeta, 2016.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
Vídeo Antônio Napole: Pesquisa de Mercado: https://endeavor.org.br/pesquisa-de-mercado/ Como Elaborar um Plano de Negócio, Sebrae. PDF e Software: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5f6dba19baaf17a98b4763d4327bfb6c/\$File/2021.pdf https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/analise-a-viabilidade-da-empresa-com-o-software-plano-de-negocios-30,5c9cc864ea068410VgnVCM1000003b74010aRCRD				

ESTATÍSTICA APLICADA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
-	Teórica	Prática	Total	Introdução à Estatística
3º	54	18	72	
EMENTA				
Introdução à Teoria das Probabilidades. Inferência Estatística. Intervalos de Confiança. Teste de Hipóteses. Regressão e correlação.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ANDERSON, D.R.; SWEENEY, D.J.; WILLIAMS, T.A.; Estatística Aplicada à Administração e Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>BRUNI, A.; L. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>LAPPONI, J. C. Estatística usando Excel. São Paulo: Editora Campus, 2005.</p> <p>LARSON, R.; FARBER, L. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2004.</p> <p>TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística, 9.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2005. 682p.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica, 8.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, 575 p.</p> <p>FERREIRA, D. F. Estatística Básica. 2a ed. Lavras: Editora UFLA. 2013. 664 p.</p> <p>MAGALHÃES, M. N; LIMA. C. P. Noções de Probabilidade e Estatística, IME - USP, São Paulo, 2001.</p> <p>MORETTIN, L. G. Estatística Básica. São Paulo: Pearson Education do Brasil Editora, 2010. 276 p.</p> <p>OLIVEIRA, M.S. de; BEARZOTI, E.; VILAS BOAS, F.L.; NOGUEIRA, D.A.;</p> <p>NICOLAU, L.A.; OLIVEIRA, H.S.S. de. Introdução à Estatística, 2a ed.. Lavras: Editora UFLA, 2014. 462p.</p>				

MACROECONOMIA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
-	Teórica	Prática	Total	Microeconomia
3º	54		54	
EMENTA				
Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Fluxo circular da renda; escola clássica, Keynesianismo Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; determinantes renda e do emprego.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006.</p> <p>BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.</p> <p>DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.</p> <p>MANKIWI, N. Gregory. Macroeconomia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p>				

TEORIAS ORGANIZACIONAIS II				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
3º	Teórica	Prática	Total	Teorias Organizacionais I
	54	18	72	
EMENTA				
<p>A disciplina propõe tratar de maneira crítica as abordagens que são referências a construção do pensamento científico na área de administração, que permitem a reflexão e análise do pensamento estratégico, os sistemas complexos, a inovação tecnológica e aspectos culturais das organizações, bem como o papel e perfil do gestor em um contexto de mudanças e conflitos, no qual os valores éticos e a questão ecológica desempenham papel fundamental na construção de novas abordagens críticas, bem como o espaço organizacional e questões de diversidade, relações étnico-raciais e direitos humanos.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>DAVEL, Eduardo, ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção brasileira nos anos 1990. São Paulo: RAE, vol. 43, nº 4, 2003.</p> <p>MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2002, 2ª. edição.</p> <p>PAES DE PAULA, A. P. Teoria Crítica nas Organizações. São Paulo: Thompson, 2008.</p> <p>PINHEIRO, I. A., VIEIRA, L. J. M. e MOTTA, P. C. D. Construindo Pontes entre saberes: da literatura à gestão. In: O&S, v. 17, nº. 55, 2010.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ALVES, L. R. Por uma teoria da Administração que compartilhe a história da cultura brasileira. In: ReFAE.</p> <p>SILVEIRA, Rafael Alcadipani da Michel Foucault. Poder e Análise das Organizações. São Paulo: FGV, 2004.</p> <p>TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia. São Paulo: Moraes, 1980.</p>				

FILOSOFIA DA CIÊNCIA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
3º	Teórica	Prática	Total	-
	72	-	72	
EMENTA				
<p>Apresentação crítica das questões fundamentais do período de desenvolvimento e consolidação da filosofia da ciência, explicitando sua atividade, seu alcance e sua confiabilidade no processo da pesquisa científica, além de visualizar os limites extrínsecos e intrínsecos de sua práxis.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>DESCARTES, René. Discurso do Método. 2. ed. Tradução Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>OMNÈS, Roland. Filosofia da ciência contemporânea. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1996 (Biblioteca Básica).</p> <p>PLATÃO. Teeteto. 3. ed. Tradução Adriana Manoela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

CARNAP, Rudolf; HAHN, Hahn; NEURATH, Otto. A concepção científica do mundo: o Círculo de Viena. Tradução de Luiz Carlos Rocha. 2015 (Texto em avaliação para publicação).

HEISENBERG, Werner. Física e Filosofia. Tradução de Jorge Leal Ferreira. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. (Edições Humanidades, Série Métis).

POPPER, Karl R. A Lógica da Pesquisa Científica. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 1975.

KUHN, Thomas Samuel. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1975. (The Structure of Scientific Revolutions. The University of Chicago, 1962).

WHITEHEAD, Alfred North. A ciência e o mundo moderno. Tradução de Hermann Herbert Watzlawick. São Paulo: Paulus, 2006. (Science and the Modern World. London: Fontana Books, 1975).

ANTROPOLOGIA ORGANIZACIONAL				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
3º	36	-	36	-
EMENTA				
Aborda o conceito de Antropologia e das concepções de cultura, conflitos de natureza cultural, relações cultura-mercado, cultura-consumidores e dos impactos da cultura brasileira, bem como as questões da diversidade cultural englobando as questões relacionadas as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira direitos humanos. Estuda a Etnografia como método de pesquisa em Administração.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 2007.				
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.				
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.				
MARCONI, Mariana de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1986.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BARBOSA, Livia. Jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.				
BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo - a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.				
CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.				
CAVEDON, Neuza. Antropologia para Administradores. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.				
FAORO, Raymundo. Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.				
GEERTZ, Clifford. O saber local. Petrópolis: Vozes, 2008.				
MALINOWSKY, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.				
MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.				
MATTA, Roberto da. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.				
MATTA, Roberto da. Fé em Deus e pé na tábua: ou como e por que o trânsito enlouquece no				

Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

MATTA, Roberto da. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986. ZIEMER, Roberto. Mitos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007.

ACE 1: PROJETO NA LINHA DE EMPREENDEDORISMO E EMPREGO E RENDA

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
3		57	57	-

EMENTA

Aborda as técnicas de prospecção, planejamento e execução de consultoria em elaboração de Plano de Negócio para uma pequena e média empresa (PME) local devidamente registrada, incluindo pesquisa de mercado com base secundária e elaboração do modelo de negócio. Como objetivo espera-se que os graduandos desenvolvam na prática a técnica de implantação de diagnóstico estratégico, identificação de posição ou situação estratégica da organização, apresentação de plano estratégico de intervenção e acompanhamento das ações para os negócios ligados a micro, pequena e médias empresas. Propõem-se a interação entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes dos diversos cursos) e sujeitos sociais (empreendedores, gestores, cidadãos, profissionais, representantes da sociedade civil). O estudante deve ser estimulado a tornar-se protagonista no desenho e implantação dos projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. Dominando os desafios do empreendedor. São Paulo: Makron Books, 2001.
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 11. ed. São Paulo: Cultura, 1999.
_____. Oficina do empreendedor. 6. ed. São Paulo: Cultura, 1999.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. Intra-empreendedorismo na prática: um guia de inovação nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
DRUCKER, Peter F. Administração em tempos de grandes mudanças. São Paulo: Pioneira, 1995.
HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. Empreendedorismo. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.
PINCHOT III, Gifford. Intrapreneuring: por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor. São Paulo: Harbra, 1989.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
4º	36	-	36	-

EMENTA

Noções de Direito. Ramos do Direito. Direito Positivo. Divisões. Fontes do direito positivo. A Lei. Direito Constitucional. Estado: histórico, elementos, classificação. Constituição: Conceito e espécies. Constituições do Brasil. Funções e órgãos do Estado: O princípio da divisão dos poderes. A organização nacional do Brasil. Direito Civil: Pessoa, personalidade e capacidade: pessoas naturais, pessoas jurídicas. Domicílio, Fatos e atos jurídicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, Alexandre Sanches. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Saraiva, 2012.
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. São Paulo: Atlas, 2011.
NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e privado. Porto Alegre: Saraiva.
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 2000.
_____. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. São Paulo: Saraiva, 2009.
FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2013.
FIUZA, César Augusto de Castro. Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
HERKENHOFF, João Baptista. Instituições de direito público e privado. Porto Alegre: Acadêmica.
_____. Fundamentos do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
JACQUES, Paulino. Curso de introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2011.
MACHADO, João Baptista. Introdução ao direito e ao discurso legitimador. Coimbra: Almedina, 2008.
MACHADO NETO, Antonio Luis. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva, 1988.
MELLO, Marcos Bernades. Teoria do fato jurídico: plano da existência. São Paulo: Saraiva
MELLO, Marcos Bernades. Teoria do fato jurídico: plano da validade. São Paulo: Saraiva
MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. São Paulo: RT, 2000. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2002.

Legislação:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988 e suas alterações posteriores.

_____. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil brasileiro.

_____. Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942. Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro. (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010)

FAORO, Raymundo. Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.

GEERTZ, Clifford. O saber local. Petrópolis: Vozes, 2008.

MALINOWSKY, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

MATTA, Roberto da. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTA, Roberto da. Fé em Deus e pé na tábua: ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

MATTA, Roberto da. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986. ZIEMER, Roberto. Mitos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007.

CONTABILIDADE GERENCIAL				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
4º	72	-	72	Introdução à Contabilidade
EMENTA				
Analisa a contabilidade no contexto do processo decisório e em seguida apresenta as aplicações das Demonstrações contábeis no que diz respeito à avaliação de desempenho e de desenvolvimento. Da mesma forma ocorre com a avaliação da Relação de Custo/Volume/Lucro, do Planejamento Financeiro, das Informações contábeis para decisões de investimentos e financiamentos e das técnicas de controladoria e relatórios gerenciais como auxiliares do processo decisório.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ATKINSON, Anthony A. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas, 2000. CREPALDI, Silvio A. Contabilidade Gerencial – Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004. IUDICIBUS, S., MARION, J. C. Contabilidade comercial. São Paulo: Atlas, 1998.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
AQUINO, André Carlos Busanelli; CARDOSO, Ricardo Lopes; Mário, Poueri do Carmo. Contabilidade Gerencial, São Paulo, Atlas, 2007. PADOVEZE, Clovis L. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2010. WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.				

MATEMÁTICA FINANCEIRA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
4º	72	-	72	Matemática Fundamental
EMENTA				
Trata de Juros simples e compostos, assim como de assuntos atuais relacionados às Fórmulas de montante e capital, das taxas nominais crescentes e decrescentes, dos descontos e da Equivalência Financeira. Com esse aprendizado é possível tratar de comparação entre alternativas de investimento, de critérios econômicos de decisão, de métodos de determinação				

do valor, custo anual e da temática taxa de retorno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FRANCISCO, Walter de. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
NETO, Alexandre A. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 8ª ed. 2003.
SHINODA, Carlos. Matemática Financeira para usuários do Excel 5.0. 2a ed, São Paulo: Atlas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Matemática financeira: Com HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
FILHO, Ademar Campos. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2a ed, 2001.
HELFERT, Erich A. Técnicas de análise Financeira. Ed. Bookman Companhia. 9a ed. 2000.
POMPEU, José N. Matemática Financeira. São Paulo: Saraiva, 2007.
SAMANEZ, Carlos Patricio. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos. 4. ed. Prentice Hall, 2006.
VERAS, Lilia. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2007.
WESTON, J. Fred & Brigham. Eugene F. Fundamentos da Administração Financeira. 10ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

Gestão de Processos				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
4º	Teórica	Prática	Total	-
	54	18	72	
EMENTA				
<p>Análise das configurações organizacionais e administrativas das organizações para poder relacionar às dimensões da análise das organizações, a estrutura organizacional, a descentralização e delegação, a organização e seu ambiente e assim estabelecer finalidades da simplificação e organização de processos. Essa interpretação apresenta, a análise a partir da gestão de processos explicando o funcionamento organizacional por intermédio de uma rede de fluxos e processos de forma integrada e sistêmica. Ela permite toda inter-relação das áreas operacionais gerenciais de uma organização. Enxergar a organização de forma sistêmica e integrada.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ARAÚJO, Luis Cesar G de. Organização, Sistemas e Métodos - E as Tecnologias de Gestão Organizacional. São Paulo: Atlas, 2006. OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas, organização e métodos. São Paulo: Atlas, 2005. SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. VASCONCELOS, Hemsley. Estruturas das organizações. São Paulo: Pioneira, 2000.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>DAFT, Richard L. Organizações: Teoria e projetos. 2 edição. São Paulo: Cengage Learning, 2008. HALL, Richard H. Organizações: Estruturas, processos e resultados. São Paulo: Atlas, 2013. OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças. Estrutura organizacional: Uma abordagem para resultados e competitividade. 3 edição. São Paulo: Atlas, 2011.</p>				

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
4º	Teórica	Prática	Total	-
	54	18	72	
EMENTA				
<p>Conceitos de planejamento estratégico. Metodologia de elaboração e implementação do planejamento estratégico. Diagnóstico estratégico. Missão da empresa. Objetivos e desafios empresariais. Projetos e planos de ação. Governança Corporativa.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 22. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2006. SERTEK, Paulo. Administração e Planejamento estratégico. Editora Intersaberes. TAVARES, Mauro Calixta. Planejamento estratégico: a opção entre sucesso e fracasso empresarial. São Paulo: Harbra, 1991.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANSOLF, H. Igor; MCDONNELL, Edward J. Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 2003.

BORN, Roger. Construindo o plano estratégico: cases reais e dicas práticas. Porto Alegre: ESPM/Sulina, 2007.

CAVALCANTE, Francisco Antonio. Planejamento estratégico participativo. São Paulo: Senac- SP, 2009.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PEREIRA, Mauricio Fernandes. Planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2010.

ACE 2: PROJETO NA LINHA DE EMPREENDEDORISMO E EMPREGO E RENDA

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
3		57	57	-

EMENTA

Busca a partir do uso dos modelos de plano de negócio desenvolver práticas de consultoria para pequenos e médios empreendimentos locais, incluindo pesquisa de mercado e elaboração do modelo de negócio inovador.

A fim de proporcionar a implantação de diagnóstico estratégico, identificação de posição ou situação estratégica da organização, apresentação de plano estratégico de intervenção e acompanhamento das ações para os negócios ligados a micro, pequena e médias empresas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. Dominando os desafios do empreendedor. São Paulo: Makron Books, 2001.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 11. ed. São Paulo: Cultura, 1999.

_____. Oficina do empreendedor. 6. ed. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. Intra-empendedorismo na prática: um guia de inovação nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, Peter F. Administração em tempos de grandes mudanças. São Paulo: Pioneira, 1995.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. Empreendedorismo. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

PINCHOT III, Gifford. Intrapreneuring: por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se um empreendedor. São Paulo: Harbra, 1989.

DIREITO EMPRESARIAL				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
5º	Teórica	Prática	Total	-
	54	-	54	
EMENTA				
Empresa, Empresário e Estabelecimento. Propriedade industrial. Registros empresariais. Concorrência. Direito Societário Geral. Direito Societário Especial: Sociedades do Código Civil.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, v. 1. 2017. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2016. MARTINS, Fran. Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades empresárias e fundo comércio. Rio de Janeiro: Forense, 2008.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BERTOLDI, Marcelo M., RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Curso avançado de Direito comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. BERLE, Adolf Augustus; MEANS, Gardiner Coit. A moderna sociedade anônima e a propriedade privada. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.				

ALGORITMO				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
5º	Teórica	Prática	Total	Introdução à Informática
	72	-	72	
EMENTA				
Discussão sobre a importância de se ter conhecimento algorítmico num mundo onde tudo é computação. Estudo e análise para decomposição de problemas. Soluções para problemas enquanto conjuntos finitos de passos/tarefas sequenciais. Identificação de diferentes tipos de tarefas: simples, condicionadas e repetitivas. Desenvolvimento de habilidades em estruturar informações.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
AL SWEIGART. Invent Your Own Computer Games with Python. 3 rd Edition. 2015. Disponível em: < http://inventwithpython.com/inventwithpython_3rd.pdf > EVARISTO, J. Aprendendo a Programar Programando na Linguagem C. Disponível em: < http://professor.ic.ufal.br/jaime/livros/Aprendendo%20a%20Programar%20Programando%20na%20Linguagem%20C.pdf > EVARISTO, J. e CRESPO, S. Aprendendo a Programar Programando numa linguagem algorítmica executável (ILA). Disponível em: < http://professor.ic.ufal.br/jaime/livros/Livro%20ILA%20Edicao%202.pdf >				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

DOWNEY, Allen. Think Python - How to Think Like a Computer Scientist. 2012. Disponível em: <<http://www.greenteapress.com/thinkpython/thinkpython.pdf>>
 EVARISTO, J. Programando com Pascal. Disponível em: <<http://professor.ic.ufal.br/jaime/livros/Programando%20com%20Pascal.pdf>>
 SWAROOP, C. H. A Byte of Python. Disponível em: <<https://www.gitbook.com/download/pdf/book/swaroopch/byte-of-python>>
 VIEIRA, Nando. Conhecendo Ruby. 2012. Disponível em: <<http://howtocode.com.br/downloads/ruby.zip>>

GESTÃO DA PRODUÇÃO				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
5º	54	18	72	Gestão de processos
EMENTA				
Introdução à administração da produção, estratégias de produção. Capacidade e controle da produção são estudadas e relacionadas à inovação tecnológica. Projeto de Produto e Serviço. Arranjo físico. Estudo e medida do trabalho associado aos aspectos ergonômicos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução . São Paulo: Atlas, 1999.				
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Edição Compacta . 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.				
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais - Uma Abordagem Logística - 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.				
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.				
RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. <i>Gestão Estratégica de Armazenagem - Edição Revista e Ampliada</i> . 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
FERREIRA, Paulo César Pegas. Técnicas de armazenagem . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.				
GONÇALVES, Paulo Sérgio, 1948- <i>Administração de Materiais</i> . 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.				
LELIS, JOAO CALDEIRA. Gestão de Materiais . São Paulo: BRASPORT, 2008.				
LOPES, Alexandre Souza. Gestão Estratégica de Recursos Materiais . São Paulo: Fundo de Cultura, 2006.				
VIANA, João José; Administração de Materiais: Um enfoque prático . São Paulo: Atlas, 2009.				

GESTÃO DE PROJETOS				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
5º	36	36	72	-
EMENTA				

Estudo da gerência da integração de projetos, da gerência do escopo e do tempo, como base para gerenciamento dos recursos humanos, que envolvem comunicação, riscos, aquisições e implantações de projetos. De caráter quase que estritamente prático, a disciplina propõe o planejamento e execução de eventos (Congresso Gestão para o Desenvolvimento e Semana do Administrador) na área de Administração em sintonia com as demais disciplinas do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLELAND, David L.; IRELAND, Lewis R. Gerenciamento de projetos. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, Ed. LAB, 2007.

MENEZES, Luís Cesar de Moura. Gestão de projetos. São Paulo: Atlas, 2009.

XAVIER, Carlos Magno da Silva. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar escopo do projeto. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEN, Johnny; KRAMER, Adriana; TOLEDO, Marise Philbois (Trad.). Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.

DUFFY, Mary. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

DINSMORE, Paul. Gerenciamento de Projetos. Ed. Qualitymark, 2005.

FORTES, Waldyr Gutierrez; SILVA, Mariângela Benine Ramos. Eventos: estratégias de planejamento e execução. 2. ed. São Paulo: Summus, 2011.

GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de eventos: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HARVARD BUSINESS REVIEW. Gestão e implementação de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

KERZNER, Harold. Gestão de projetos – as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2005.

KIM, Heldman. Gerência de Projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
5º	36	-	36	Introdução à Contabilidade

EMENTA

Estudo do Conceito, objetivos, ajuste das demonstrações contábeis às modificações do poder aquisitivo da moeda. Busca compreensão dos métodos de análise, dos relatórios e pareceres para apresentar a contabilidade como instrumento de gerência, de avaliação de capital e de forma para busca do lucro empresarial. Desse estudo analisam-se balanços como instrumento de avaliação de desempenho financeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARION, Jose Carlos. Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial. São Paulo, Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clovis Luís. Análise das demonstrações financeiras. São Paulo: Ed. Thompson, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços. São Paulo: Atlas, 2010.
 FERRARI, Ed Luiz. Análise de balanços: análise de demonstrações financeiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
 MORANTE, Antônio Salvador. Análise das demonstrações financeiras: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 REIS, Arnaldo. Demonstrações contábeis: estrutura e análise. São Paulo: Ed. Saraiva.

ACE 3 CURSO NA LINHA DE EMPREENDEDORISMO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
5º	-	57	57	-

EMENTA

Espera-se realizar curso para gestores de empreendimentos sociais, trazendo a discussão sobre tecnologia social e inclusão produtiva e fim de realizar projetos de aplicação de conceitos sobre gestão social objetivos, desenvolvimento local, economia solidária, tecnologias e inovação social, além de potencializar a relação entre Estado e empreendedores na busca de fomentar o mercado local.

Propõem-se a interação entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes dos diversos cursos) e sujeitos sociais (empreendedores, gestores, cidadãos, profissionais, representantes da sociedade civil). O estudante deve ser estimulado a tornar-se protagonista no desenho, implantação e realização dos cursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHÉR, R. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante, Elsevier: SEBRAE, Rio de Janeiro, 2008
 DOLABELA, F. O Segredo de Luísa, Cultura Editores, São Paulo, 1999,
 DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 2 ed, Rio de Janeiro: Campus, 2001
 PERSE, Bel. A menina do vale: como o empreendedorismo pode mudar sua vida. São Paulo: Casa da Palavra, 2012. Disponível em <http://www.ameninadovale.com/volume1/>
 DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo. São Paulo: Campus, 2008.
 MARINS, Luiz. Ninguém é empreendedor sozinho. São Paulo: Saraiva, 2008.
 MENDES, Jeronimo. Manual do empreendedor. São Paulo: Atlas, 2009.

DIREITO DO TRABALHO

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
6º	54	-	54	-

EMENTA

Introdução ao Direito do Trabalho. Princípios Relativos ao Capital e Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Sujeitos do Contrato: empregado. Sujeitos do Contrato: empregador. Duração do Trabalho. Remuneração. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Garantias de Emprego. Extinção do Contrato de Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Jackson Chaves de (coord.). Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2001.
 BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Dialética, 2001.
 MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2012.
 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
6º	Teórica	Prática	Total	Introdução à Contabilidade
	36	-	36	
EMENTA				
Estudo dos objetivos, funções e decisões da administração financeira no que concerne os aspectos de investimento, estrutura de capital e alavancagem financeira. Tais aspectos baseados nas políticas de utilização de lucro líquido, dos indicadores financeiros de avaliação corporativa e do orçamento empresarial e público.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. São Paulo: Atlas, 2011. GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2010. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
LEMES JUNIOR, Antonio. Administração Financeira: princípios e fundamentos e práticas brasileiras. São Paulo, Campus, 2005. ROSS, Stephen A. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2002.				
GESTÃO MERCADOLÓGICA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
6º	Teórica	Prática	Total	-
	54	18	72	
EMENTA				
Visão geral da função de marketing nas atividades de processo gerencial e suas inter- relações com as outras áreas. O estudo em torno da definição e evolução do pensamento em marketing; Análise do perfil e fatores que influenciam o comportamento do consumidor; Estratégias de marketing, da função de vendas (planejamento, organização e controle) e o endomarketing. Composto de marketing e suas múltiplas adequações ao mercado.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CHURCHILL JR, Gilberto; PETER, J Paul. Marketing: Criando valor para os clientes. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. KOTLER, Philip; AMSTRONG. Princípios de Marketing. Porto Alegre: 12 ed. Bookman, 2007. KOTLER, Philip. Administração de Marketing: Análise, planejamento, implementação e controle. 5ed. 1997.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

COBRA, Marcos. Administração em marketing no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2006.

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen; HEMZO, Miguel A. Marketing de Serviços: Pessoas, tecnologia e estratégia. 7ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

TELLES, Renato. Decisões de marketing: os 4 Ps. São Paulo: Saraiva, 2006. URDAN, Flávio Torres. Gestão do composto de marketing. São Paulo: Atlas, 2006.

GESTÃO DE PESSOAS I				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
6º	54	18	72	-
EMENTA				
O ambiente de negócios, a organização e as pessoas. O contexto organizacional: competitividade, cultura organizacional e mudança. Da gestão de pessoal à gestão de pessoas: os modelos de gestão.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BITENCOURT, Cláudia. Gestão Contemporânea de Pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.				
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano nas organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.				
SNELL, Scott; BOHLANDER, George. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.				
CARVALHO, Antônio Vieira; NASCIMENTO, Luiz Paulo de. Administração de recursos humanos. v.1. São Paulo: Pioneira, 2004.				
GIL, Antônio Carlos. Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis. Ed. Atlas. São Paulo: 2001.				
MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2000.				
MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Ed. Futura, 2003.				
MILKOVICH, George T. Administração de recursos humanos. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.				

SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
- 6º	72	-	72	-
EMENTA				
Discussão sobre a sociedade brasileira a partir de seu desenvolvimento e as contradições assumidas por esse na sua formação social. O Estado e suas intervenções na sociedade brasileira. Relações de trabalho. Desenvolvimento e meio ambiente. Flexibilização das relações de trabalho. Os processos de trabalho no capitalismo contemporâneo. Direitos humanos e democracia.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Souza. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.
 OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista: O ornitorrinco. São Paulo. Boitempo editorial, 2003.
 PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.) O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras expressões, 2012.
 DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Annablume/Hucitec, USP, 2002.
 FURTADO, Celso. O Mito do desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
 SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
 VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável : o desafio do século XXI - Rio de Janeiro: Garamond, 2008 3ª ed.

GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
6º	36	-	36	Gestão de Processos

EMENTA

Estudo da contextualização de administração de material esboçando as funções e objetivos do profissional da área. Evolução e conceitos da Gestão de Materiais. Verificação das formas de organização e classificação de gestão de materiais bem como a forma ABC alicerçada na especificação e normalização. Fundamentação de gerenciamento de estoques. Cadastro de fornecedores, e noções de compra. A armazenagem, recepção de materiais, a estocagem e equipamentos de movimentação, os inventários que gerenciam dos bens materiais e patrimoniais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.
 DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Edição Compacta. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
 DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais - Uma Abordagem Logística - 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
 MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. *Gestão Estratégica de Armazenagem - Edição Revista e Ampliada*. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Paulo César Peges. Técnicas de armazenagem. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
 GONÇALVES, Paulo Sérgio. *Administração de Materiais*. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
 LELIS, JOAO CALDEIRA. Gestão de Materiais. São Paulo: Brasport, 2008.
 LOPES, Alexandre Souza. Gestão Estratégica de Recursos Materiais. São Paulo: Fundo de Cultura, 2006.
 VIANA, João José; Administração de Materiais: Um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.

ACE 4: EVENTO NA LINHA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DO TRABALHO URBANO E RURAL				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
6º	19	38	57	-
EMENTA				
A proposta da ACE é oportunizar ao discente o contato direto com a concepção de todas as rotinas administrativas por trás de um evento de alcance regional. A disciplina visa ainda proporcionar à comunidade arapiraquense a experiência do contato direto com grandes pesquisadores, empresários e empreendedores das mais variadas formações e regiões do país.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARBOSA, Regina Célia. Como elaborar projetos culturais: manual. Maceió: IDEÁRIO, 2004. BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 1984. 266 p. CARVALHO, Claudinê Jordão de. Elaboração e administração de projetos. Maceió: SEaD/UFSC, 2010. 146 p. PHILLIPS, Joseph. Gerência de projetos de tecnologia da informação: no caminho certo, do início ao fim. Rio de Janeiro: ELSEVIER, c2003. 449 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ALLEN, Johnny; KRAMER, Adriana; TOLEDO, Marise Philbois (Trad.). Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008. DUFFY, Mary. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2006. DINSMORE, Paul. Gerenciamento de Projetos. Ed. Qualitymark, 2005. FORTES, Waldyr Gutierrez; SILVA, Mariângela Benine Ramos. Eventos: estratégias de planejamento e execução. 2. ed. São Paulo: Summus, 2011. GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de eventos: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.				

GESTÃO DE PESSOAS II				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
7º	54	18	72	Gestão de Pessoas I
EMENTA				
Trata das habilidades e competências do gestor de pessoas e equipes, das estratégias, políticas e práticas no que diz respeito aos modelos de múltiplos papéis.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

BOOG, Gustavo. Manual de treinamento e desenvolvimento. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
 CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento de rotina de trabalho do dia-a-dia, INDG. São Paulo: Atlas, 2002.
 CRIVELARO, Rafael. Dinâmica das relações interpessoais. São Paulo: Alínea, 2005.
 DECENZO, David A. Administração e Recursos Humanos. Rio de Janeiro: Ltc, 2001.
 FIDELIS, Gilson José. Gestão de pessoas. São Paulo: Érica, 2006.
 MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Ed. Futura, 2003.
 MILKOVICH, George T. Administração de recursos humanos. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: O Capital Humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004.
 _____. Desenvolvimento nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas. 2006.
 _____. Remuneração, benefícios e relações de trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.
 _____. Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho. São Paulo: Atlas, 2001.
 REIS, Ana Maria Viegas. Desenvolvimento de equipes. São Paulo: FGV, 2005.
 SUCESSO, Edina Bom. Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho. São Paulo: Qualitymark, 2002.

GESTÃO DA QUALIDADE				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	Gestão da Produção
7º	36	-	36	
EMENTA				
Aspectos básicos de gestão da Qualidade (Evolução e Conceitos). Ferramentas da Qualidade. Ambientes da atuação da gestão da qualidade. Normalização. Qualidade em serviços. Processos de melhoria continua.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade: Teoria e Casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 376 p. EDITORA PEARSON: Gestão da Qualidade. São Paulo: Pearson. 2011. PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade - Teoria e Prática - 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BALLESTERO, Alvarez. Administração da qualidade e da produtividade. São Paulo: Atlas, 2004. BRASSARD, Michel. Qualidade – ferramentas para uma melhoria contínua. São Paulo: Qualitymark, 1991. DENING, W. Edward. Qualidade: a revolução da administração. São Paulo: Saraiva, 1998. MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; CARVALHO, Marly Monteiro; ROTONDARO, Roberto G. Gestão da Qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 2005. ROBLES JR, Antônio. Custos da qualidade. São Paulo: Atlas, 2003.				
PESQUISA EM MARKETING				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	Gestão

7º	72	-	72	Mercadológica
EMENTA				
Natureza e objetivo da Pesquisa de Marketing. Processos de pesquisa de mercado. Prática de Pesquisa de Mercado.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MALHOTRA, Naresh K. Introdução à pesquisa de marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. TAGLIACARNE, Guglielmo. Pesquisa de mercado: técnica e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1978.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
HAIR, Celsi; ORTONAU e Bush Fundamentos da Pesquisa de Marketing. Mc Graw Hill / Bookman, 3ª Edição, 2014. SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. Pesquisa de Marketing – Conceitos e Metodologia. Editora Makron Books, 1997. SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. Comportamento do consumidor. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000. TRUJILLO, Victor. Pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2003.				

ÉTICA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	-
7º	72	-	72	
EMENTA				
Estudo filosófico-investigativo da ética voltado ao entendimento das questões morais e das problemáticas contemporâneas fundamentais que envolvem a pesquisa científica e a prática profissional.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril Cultural, 1973. DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000. LÉVINAS, Emanuel. Ética e infinito. Lisboa: Edições 70, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CARNEIRO, F. (org.). A moralidade dos atos científicos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. OLIVEIRA, M. A. (Org.). Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000. KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos costumes. Lisboa: Edições 70, 1991. RAWLS, John. História da Filosofia Moral. São Paulo: Martins Fontes, 2005. VAZ, H. C. L. Escritos de filosofia V: introdução à Ética Filosófica 2. São Paulo: Loyola, 2000.				

LOGÍSTICA E GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	-

7º	36	18	54
EMENTA			
<p>Discute o contexto e a importância da logística e seus processos em toda a cadeia logística no cenário atual brasileiro e internacional, tendo como base os conceitos básicos de logística e caracterização dos principais componentes da cadeia logística. Verifica-se a gestão dos sistemas logísticos como diferencial competitivo, da qualidade e produtividade nos serviços logísticos, assim como da administração de materiais. O fluxo de informações como elemento integrador da cadeia logística apresenta enfim, a importância da estrutura organizacional e dos recursos humanos em serviços e suas tendências logísticas em serviços. Trazendo uma reflexão sobre meio ambiente, impactos, sustentabilidade e logística reversa.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BALLOU, Ronald h. Logística empresarial. São Paulo: Atlas, 1993. BOWERSOX, D. J.; COOPER, M. B.; CLOSS, D. J. Gestão logística de cadeias de suprimentos. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed, 2006. FLEURY, P. F.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. T. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas. 2003. GONÇALVES, P.S. Logística e Cadeia de Suprimento: O Essencial. Editora Manole, 2013.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ALVARENGA, A .C.; NOVAES, A .G. Logística Aplicada - Suprimento e Distribuição Física. São Paulo: Pioneira, 1994, p.254. COOPER, M. Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2007. LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa - Meio ambiente e Competitividade. São Paulo: Prentice Hall, 2003.</p>			

ACE 5: PROJETO NA LINHA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL; GESTÃO INSTITUCIONAL; EMPREGO E RENDA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
7º	20	37	57	-
EMENTA				
<p>Oportunizar a instituição subsídios para acompanhar a atuação dos egressos do curso de Administração e assim avaliar sua inserção no mercado de trabalho, oportunizando um feedback dos egressos em relação a sua formação e empregabilidade para os atuais alunos do curso. Por meio de rodas de conversa, transferência de conhecimento, mentoria, entre outras práticas que fortaleçam a rede entre os graduandos e egressos. Espera-se organizar e potencializar uma rede de empreendedores locais.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

LUCK, Heloisa. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 142 p.

MENEZES, Luís Cesar de Moura. Gestão de projetos. São Paulo: Atlas, 2009.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos: guia PMBOK. 3. ed. Newton Square: Project Management Institute, 2004. ix, 388 p.

MACHADO, G. R. Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. 337 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: . Acesso em: 21 abril 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEN, Johnny; KRAMER, Adriana; TOLEDO, Marise Philbois (Trad.). Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.

DUFFY, Mary. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

DINSMORE, Paul. Gerenciamento de Projetos. Ed. Qualitymark, 2005.

FORTES, Waldyr Gutierrez; SILVA, Mariângela Benine Ramos. Eventos: estratégias de planejamento e execução. 2. ed. São Paulo: Summus, 2011.

GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de eventos: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOURA, João Eduardo de; SCHMIDT, Carla Maria. Gestão de Egressos no Ensino Superior: construção teórica e o caso do curso de graduação em Secretariado Executivo da UNIOESTE - PR. Expectativa, 2016.

PAUL, J.J. Acompanhamento de egressos no Ensino Superior: experiência brasileira e internacional. Caderno CRH. Salvador. v. 28 n. 74, p. 309-326. Agosto 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792015000200309&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em: 06 de julho de 2017.

Seminário para TCC				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
8º	18	1836	54	TCC I
EMENTA				
Desenvolvimento e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. revista e ampliada São Paulo: Atlas, 2009.				
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 43. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.				
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECKER, Grace Vieira & MELLO, Maria Ivone de. *Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2010.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2009. GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. *Como elaborar projeto de pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2002.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Luzimar Silva. *Manual para normalização de monografias*. 3.ed. rev. atual. e ampl. São Luís, 2002.

PÁDUA, Elisabete Matallo M. de. *O processo de pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1996.

PEREIRA, José Matias. *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALOMON, Délcio Vieira. *Da pesquisa científica como processo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1990.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão & ZOUAIN, Deborah Moraes. *Pesquisa qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PESQUISA OPERACIONAL				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
8º	36	-	36	Gestão da Qualidade
EMENTA				
Contextualização sobre a evolução histórica e desenvolvimento da Pesquisa Operacional. Modelagem e Programação Linear. O método Simplex. Teoria das Filas. Otimização de Redes; Problema do Transporte.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANDRADE, E. L. de. <i>Introdução à Pesquisa Operacional: métodos e modelos para análise de decisões</i> . 3 ed. LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2002.				
LACHTERMACHER, Gerson. <i>Pesquisa operacional na tomada de decisões - 3ª Ed.</i> Rio de Janeiro: Campus, 2006.				
MOREIRA, Daniel Augusto. <i>Pesquisa operacional - curso introdutório</i> . São Paulo: Thompson, 2006.				
SILVA, Ermes Medeiros. et al. <i>Pesquisa Operacional: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis</i> . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				

ARENALES, Marcos. Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
 CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato. Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração. - 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2004.
 CORREA, Henrique L. Administração da produção e operações: manufatura e serviços. São Paulo: Atlas, 2005.
 GAITHER, N. ; FRAZIER. G. Administração da produção e operações. São Paulo: Pioneira, 2004.
 KRAJEWSKI, L. J.; RITZMAN, L. P. Administração da produção e operações. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2003.
 LAMMING, R.; OWN, S.; JONES, P. Administração da produção e operações um enfoque estratégico. São Paulo: Campus, 2005.

ESTRATÉGIA ORRANIZACIONAL				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
8º	72	-	72	-
EMENTA				
Estudo dos modelos conceituais de estratégia organizacional, da análise do ambiente externo, da estrutura industrial e das fontes de dados para análise industrial. A base desse estudo implica na análise dos competidores, no entendimento do sistema de inteligência sobre concorrentes, na análise de portfólio e na avaliação dos recursos competitivos para definir objetivos e metas de ação empresarial.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
KAPLAN, Robert. A estratégia em ação: balanced scorecard. 21.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. KASZNAR, Istvan Karoly. Estratégia empresarial. São Paulo: M.Books, 2006. MINTZBERG, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2005. MINTZBERG, HENRY, QUINN, LAMPEL, JOSEPH. O Processo da estratégia. Porto Alegre: Bookman Companhia ed, 2006. OLIVEIRA, D. de P. R. Estratégia empresarial e vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 2005. THOMPSON JR, Arthur. Planejamento Estratégico. São Paulo: Pioneira, 2006. ZACCARELLI, Sergio B. Estratégias modernas nas empresas. São Paulo: Saraiva, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CERTO, S. C., PETER, J. P. Administração estratégica. São Paulo: Makron, 1993. CERTO, Samuel. Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Ed. Pearson, 2005. HAINES, Stephen G. Guia de Bolso do gerente: estratégias e planejamentos de negócios. Rio de Janeiro: HRD Press, 2000.				

ACE 6: PROJETO NA LINHA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL; GESTÃO INSTITUCIONAL; EMPREGO E RENDA				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
8º	20	37	57	-
EMENTA				

Oportunizar a instituição subsídios para acompanhar a atuação dos egressos do curso de Administração e assim avaliar sua inserção no mercado de trabalho, oportunizando um feedback dos egressos em relação a sua formação e empregabilidade para os atuais alunos do curso. Por meio de rodas de conversa, transferência de conhecimento, mentoria, entre outras práticas que fortaleçam a rede entre os graduandos e egressos.

Como objetivo da ACE espera-se organizar e potencializar uma rede de empreendedores locais. Como metodologia propõem-se a interação entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes dos diversos cursos) e sujeitos sociais (empreendedores, gestores, cidadãos, profissionais, representantes da sociedade civil). O estudante deve ser estimulado a tornar-se protagonista no desenho e implantação dos projetos

Público-alvo: graduandos do curso de administração, egressos do curso e empreendedores em geral
Local de realização: UFAL Arapiraca

Para monitorar a ACE o indicador acompanhamento é número de pessoas mobilizadas no projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUCK, Heloisa. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 142 p.

MENEZES, Luís Cesar de Moura. Gestão de projetos. São Paulo: Atlas, 2009.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos: guia PMBOK. 3. ed. Newton Square: Project Management Institute, c2004. ix, 388 p.

MACHADO, G. R. Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. 337 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: . Acesso em: 21 abril 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEN, Johnny; KRAMER, Adriana; TOLEDO, Marise Philbois (Trad.). Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.

DUFFY, Mary. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

DINSMORE, Paul. Gerenciamento de Projetos. Ed. Qualitymark, 2005.

FORTES, Waldyr Gutierrez; SILVA, Mariângela Benine Ramos. Eventos: estratégias de planejamento e execução. 2. ed. São Paulo: Summus, 2011.

GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de eventos: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOURA. João Eduardo de; SCHMIDT, Carla Maria. Gestão de Egressos no Ensino Superior: construção teórica e o caso do curso de graduação em Secretariado Executivo da UNIOESTE - PR. Expectativa, 2016.

PAUL, J.J. Acompanhamento de egressos no Ensino Superior: experiência brasileira e internacional. Caderno CRH. Salvador. v. 28 n. 74, p. 309-326. Agosto 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792015000200309&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em: 06 de julho de 2017.

17.2 Disciplinas Eletivas

SUSTENTABILIDADE				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
-	Teórica	Prática	Total	-
	36	-	36	
EMENTA				
<p>Refletir sobre a importância da sustentabilidade para a condução dos negócios e sobre a relevância de questões ligadas à preservação ambiental e social na dinâmica organizacional e da sociedade. Questões do meio ambiente e relações com as organizações. Sustentabilidade em perspectiva: ética, governança e responsabilidade social corporativa. Sociedade, produtos, resíduos, saúde. O impacto das ações das organizações no desenvolvimento econômico, político, social e cultural e na sustentabilidade. Inovação como motor da sustentabilidade. Dicotomia: aplicação ou incorporação da sustentabilidade nos negócios.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e direitos humanos. Maceió: PRODEMA/UFAL, 2000.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ABRAMOVAY, R. 'Muito Além da Economia Verde', 1ª ed. São Paulo: Abril, 2012 BARBIERI, J.C e CAJAZEIRA, J.E.R. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável. – 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012. ALMEIDA, Fernando. Os desafios da Sustentabilidade? Uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. KAPLAN, A. Artistas do Invisível. São Paulo: Petropolis, 2013.</p>				

CRIATIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
-	Teórica	Prática	Total	-
	36	-	36	
EMENTA				
<p>A globalização da economia e as novas tecnologias passaram a exigir das empresas a adoção de soluções criativas e inovadoras, não só para enfrentar os desafios, como buscar e aproveitar novas oportunidades. Esta disciplina busca desenvolver o potencial criativo dos alunos e sua aplicação nos negócios, por meio de métodos e técnicas em diferentes abordagens e teorias, além de debater sobre economia criativa e empreendedorismo criativo.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BARALDI, Adriana A.S.; TUDDA, L. Teorias para Desenvolvimento da Criatividade Individual e Organizacional. Revista Administração em Diálogo (RAD), do Programa de Estudos Pós Graduated em Administração da PUC-SP, v. 13, p. 6, 2011. CORÁ, M. A. J. DAVEL, E. Empreendedorismo Cultural: Construindo Uma Agenda Integrada de Pesquisa. VIII EGEPE, Goiânia, 2014.</p>				

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARSON, Shelley. O Cérebro Criativo: aprenda a aumentar a imaginação, melhorar a produtividade e a inovar em sua vida. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.
 DE BONO, Edward. A Técnica dos Seis Chapéus. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994. DE MASI, Domenico. O Ócio Criativo. São Paulo: Sextante, 2000.
 EVANS, Roger e RUSSEL, Peter. O Empresário Criativo. São Paulo, Cultrix, 1992.
 FERNANDES, M. A. Aprendendo a desaprender: para ser mais criativo. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994.
 FLORIDA, Richard. Ascensão da Classe Criativa. São Paulo: L&PM Editores, 2010. LUBART. Todd. Psicologia da Criatividade. São Paulo: Penso, 2007.
 VIEIRA, B. H. CORÁ, M. A. J. TREFF, M. Arte e Desenvolvimento no Trabalho. VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, ENAPEGS, Cachoeira, 2014.

LIDERANÇA CONSCIENTE

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
-	36	-	36	-

EMENTA

Uso das ferramentas de *mindfulness* para a conquista da liderança consciente, buscando atingir quatro fundamentos: foco, clareza, criatividade e compaixão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTURANO, Janice. Mindfulness na Liderança: Como criar espaço interior para liderar com excelência. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2017.
 WILLIAN, Mark. Atenção Plena: Mindfulness – Como encontrar paz em um mundo frenético. Rio de Janeiro, Editora Sextante, 2015.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
-	36	-	36	-

EMENTA

Usar as teorias da Visão Sistêmica da Administração para entender o processo de sistematização de negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla A. A. – Visão Sistêmica e Administração – Conceitos, Metodologia e Aplicações, Editora Saraiva, 2006.

GESTÃO DA INOVAÇÃO

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
-	36	-	36	-

EMENTA			
Estudo da tecnologia e da competitividade empresarial para mostrar aspectos de empresas inovadoras versus empresas tradicionais. Em que tais modelos empresariais prezam pela inovação técnica, tecnológica e administrativa. Com essa análise é possível buscar fontes de inovação para a empresa (gestão da informação tecnológica, clima para inovação na empresa, auditoria e estratégia tecnológica) para que possa servir de ferramentas para o desenvolvimento industrial de P&D, dentro das características internacionais do P&D.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ARAUJO, Luis Cezar Gonçalves. Tecnologias de Gestão Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001. FLEURY, Afonso. Aprendizagem e inovação organizacional. São Paulo: Atlas, 2004. PREDEBON, Jôsé. Inovação no varejo. São Paulo: Atlas, 2005. TAKAHASHI, Sérgio. Gestão de Inovação de Produtos. Rio de Janeiro: Campus, 2006. TIGRE, Paulo. Gestão da Inovação. Rio de Janeiro, Campus, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BATESON, John. Marketing de Serviços. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.			

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	-
-	36	-	36	
EMENTA				
A ementa dessa matéria é relacionada a algum estudo específico que o docente venha a desenvolver e a buscar explorar junto à comunidade universitária.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

GESTÃO DE SERVIÇOS				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	-
-	36	-	36	
EMENTA				
O contexto e a importância do marketing e da logística no setor de serviços no cenário atual brasileiro e internacional, apoiado na caracterização dos principais componentes da cadeia logística, na gestão dos sistemas logísticos como diferencial competitivo, na qualidade e produtividade nos serviços. O fluxo de informações como elemento integrador da cadeia logística é importante recurso para fortalecer a estrutura organizacional e os recursos humanos em serviços.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BATESON, John. Marketing de Serviços. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001. GIANESI, I. G. N; CORREA, H. L. Administração estratégica de serviços. São Paulo: Atlas, 1996. LEÃO, Nildo Silva. Custos e orçamentos na prestação de serviços. São Paulo: Nobel, 2004. LIMA, Rosalvo. O ABC da empresa de serviços – como gerir uma. São Paulo: Futura, 2006. SCHEMENNER, Roger. Administração de operações em serviços. São Paulo: Futura, 2005.				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHIFMAN, Leon G. Comportamento do Consumidor. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
SPILLER, E. S.; LUZ, J. F. da; SA, P. G. de. Gestão de serviços e marketing interno. São Paulo: FGV, 2003.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
-	36	-	36	-

EMENTA

Analisa e discute temas atuais sobre economia brasileira e mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUMANN, R (org.). O Brasil e a Economia Global. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
FRANCO, Gustavo H.B. O desafio brasileiro: Ensaio sobre desenvolvimento, globalização e moeda. São Paulo: Ed. 34. 1999.
FURTADO, Milton Braga. Síntese da economia brasileira. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandova. Economia Brasileira contemporânea. São Paulo. Ed. Atlas, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURLAN, Fernando de Magalhães. Integração & Soberania: O Brasil e o Mercosul. São Paulo: Aduaneiras, 2004.
GAROFALO FILHO, Emilio. Dicionário de Comércio Exterior e Câmbio. São Paulo: Saraiva, 2004.

JOGOS DE EMPRESA

Período	Carga Horária			Pré-requisito
	Teórica	Prática	Total	
-	36	-	36	-

EMENTA

Analisa a prática empresarial em forma de jogo. Idealização de um negócio e abertura do mesmo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNI, Duílio de Ávila. Teoria dos Jogos – Jogos de Estratégia. São Paulo: Reichmann e autores, 2004.
FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
MARINHO, Raul. Prática na teoria - aplicações da teoria dos jogos. São Paulo: Saraiva, 2005.
VICENTE, Paulo. Jogos de Empresas. São Paulo, MAKRONC, 2000.
GRAMIGNA, Maria Rita. Jogos de Empresas e Técnicas Vivenciais. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AJZENTAL, Alberto. A Construção do Plano de negócio. São Paulo: Saraiva, 2008.
LUPERINI, Roberto. Dinâmicas e Jogos de Empresas. São Paulo: Vozes, 2008.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL				
Período	Carga Horária			Pré-requisito
-	Teórica	Prática	Total	-
	36	-	36	
EMENTA				
<p>Estudo e análise da confirmação da norma culta contemplando aspectos que pertencem tanto à gramática normativa - em seus aspectos prescritivos e descritivos - quanto ao fato de a gramática reflexiva explorar aspectos ligados à semântica, ao discurso e à estilística. Quanto à produção de texto, será inserido agora gênero textual ou discursivo criando práticas concretas de interação pela linguagem, oral e escrita, com o desenvolvimento de projetos.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BAHIA, Juarez. Comunicação Empresarial. Rio de Janeiro: Manuad, 2005. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ed. Atica, 2000. CAHEN, Roger. Comunicação Empresarial: a imagem como patrimônio da empresa e a ferramenta de marketing. São Paulo: Best Seller, 2001. KELLER, Kátia. Comunicação Empresarial. São Paulo: Literarte, 2006. PIMENTA, Maria Alzira. Comunicação Empresarial. São Paulo: Alinea, 2006.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>MEDEIROS, João. Comunicação científica. São Paulo: Atlas, 2008.</p>				

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas.

Está, portanto, atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

As ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação estão disponibilizadas por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a Plataforma Moodle, para aulas na modalidade a Distância e ou semipresenciais não ultrapassando os 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, conforme orienta a Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

18. COLEGIADO DO CURSO

Considerando os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL:

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes,

que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. Coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. Coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III. Coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV. Colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V. Exercer outras atribuições compatíveis

19. POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, este último traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio

ao seu quadro de pessoal. Desta feita, a UFAL, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (2013, p.71).

O PDI dos Servidores compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do servidor e por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e auferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente:

o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma Instituição de Ensino Superior pode se furtar.

O curso de administração de empresas incentiva que os docentes participem do Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (Proford), que tem como finalidade a concepção de uma política de formação continuada em docência superior que concorra para o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão e gestão, tendo como objetivos específicos: recepcionar os docentes recém-empossados, proporcionando-lhes

Formações específicas relacionadas ao contexto da UFAL e ao exercício da docência superior; gerar oportunidades de formações aos docentes que visem à reflexão sobre o exercício da docência superior, estabelecendo inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão; e disponibilizar aos docentes formações que visem à reflexão sobre a gestão acadêmica e gestão para o desenvolvimento institucional.

Considerando os objetivos e as especificidades do programa, esse programa atua em duas linhas de formação: Docência e Gestão, conforme explicitado a seguir:

Formação Continuada em Docência do Ensino Superior:

Dirigida aos docentes recém-empossados, que devem perfazer o mínimo de 150h de formação no interstício dos 3 anos do probatório (50h/ano).

Dirigida aos docentes veteranos (dito estáveis), que devem participar do mínimo de 80h/biênio de atividades formativas.

Formação Continuada em Gestão Acadêmica e Gestão Administrativa:

Destinada aos docentes que exercem cargos de gestão na Universidade (diretores de unidade acadêmica, coordenadores de cursos e de programas, membros dos colegiados e do Núcleo Docente Estruturante. A linha de formação em gestão acadêmica/administrativa é obrigatória aos docentes que exercem cargos de gestão.

Nessa perspectiva, as ações de formação continuada no âmbito do Proford configuram-se em cursos, minicursos, seminários, simpósios, congressos, encontros, palestras, workshops, oficinas, fóruns, mesas-redondas, ambiências temáticas, etc. Além disso, há um forte incentivo aos docentes participarem em congresso e eventos relacionados às temáticas pertinentes ao curso de Administração, flexibilizando a reposição de aulas nestes casos. Destaca-se ainda o incentivo na formação dos docentes e a participação nos programas de doutorado e pós-doutorado de forma alinhada às demandas do curso.

20. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior –IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis –FONAPRACE, realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

Apoio pedagógico - buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).

Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.

Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

O Apoio aos discentes vinculado ao curso de Administração é realizado diretamente pela Pró-reitoria Estudantil (PROEST) promovendo o acesso, a permanência do estudante na Universidade e a qualidade de vida estudantil.

Os programas de bolsas e auxílios visam atender às necessidades discentes e apoio acadêmico, procurando assistir os estudantes da UFAL na consecução de seus cursos em tempo hábil e ambiente saudável, sobretudo aqueles em vulnerabilidade socioeconômica e acadêmica.

Objetiva-se também viabilizar a permanência em todos às atividades do campus e assim promover uma formação universitária democrática e cidadã.

Todos os Editais e critérios de seleção para bolsas e auxílios são publicados na página eletrônica da Universidade. Seus programas são:

Ajuda de custo para apresentação de trabalho-os estudantes que vão apresentar trabalho em encontros e congressos acadêmicos fora do Estado de Alagoas podem solicitar ajuda de custo à Pró-reitoria Estudantil (Proest).

Programa de bolsas e auxílios - a Pró-reitoria Estudantil disponibiliza bolsas e auxílios para estudantes de todos os campi e unidades da Ufal. O programa visa atender a estudantes em situação de vulnerabilidade social com a finalidade de respaldar sua permanência na Universidade. As bolsas são: Bolsa Pró- graduando, Auxílio Alimentação e Auxílio Moradia.

Destaca-se ainda o Núcleo de acessibilidade da Ufal (NAC) que atua de forma a oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo, que é um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

O AEE tem por objetivo complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

Por fim, reitera-se a existência de monitores para disciplinas em que há dificuldades em aprovação dos discentes para que haja transferência de conhecimento e apoio na realização de exercícios e estudos prévios às avaliações, contribuindo para evitar reprovações e evasões do curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Leda Maria. Rupturas e Permanências em Alagoas: O 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Catavento, 1999.

IBGE. Estados, Alagoas. Disponível <
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=idhm> > Acesso em 22 abr. 2018.

MEC – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília, 2010.

SANTOS, Fabiano Santana dos. A Gestão de Resultados na Universidade Brasileira: o Programa REUNI na UFAL (Tese). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2017.

UFAL. Minuta de Relatório N° 3, de 4 de outubro de 2016. Comissão de Revisão do Tronco Inicial. Disponível em

<<http://www.ufal.edu.br/arapiraca/institucional/neht>> Acesso em 10 julho 2018.

Decretos e Leis:

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL;

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos – Específicas para cada curso, e referente as orientações gerais;

Parecer CONAES N° 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

Lei nº 10.172/2001- Plano Nacional de Educação - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Portaria nº 2.678/02 – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

Lei 10.639 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei 11.645 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

Resolução nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;

Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para

A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 04/2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Portaria N° 10, 28/07/2006 - Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

Portaria N° 1024, 11/05/2006 - As atualizações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação e outras providências.

Resolução CNE/CP N°3,18/12/2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

Decreto n. 5.622/2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

- Referente a EaD.

Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007 institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições

Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 66 - referente a titulação do corpo docente. Outras legislações podem ser encontradas no site do MEC e da UFAL

Acréscimos:

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). (Oferta de disciplinas semipresenciais)

Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura) do Ministério da Educação.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do MEC.

UFAL. Minuta de Relatório n. 02, de 29 de setembro de 2016. Reforma do Tronco Inicial e apresentação do Plano de Dimensão Humanística para o campus Arapiraca (sede). Maceió, 2016.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

PARECER CNE/CP N. ° 09/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.

PARECER CNE/CES Nº:52/2007, que trata da autorização para o funcionamento de campus fora de sede da Universidade Federal de Alagoas.

Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta
O funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a
partir do ano letivo de 2006.

[Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995](#), estabelece normas para o
funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (*). Dispõe sobre carga horária mínima
e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em
Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia,
Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na
modalidade presencial.

APÊNDICE 1

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Dispõe sobre as normas para Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório do curso de graduação em Administração, da Universidade Federal de Alagoas/*Campus* Arapiraca.

Considerando a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008,

Considerando a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

Considerando as Diretrizes Curriculares e Projeto Pedagógico do Curso de Administração do *Campus* Arapiraca.

O Colegiado do curso de graduação em Administração da Universidade Federal de Alagoas /*Campus* Arapiraca no uso de suas atribuições legais e estatutárias

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O estágio curricular deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem por meio de atividades práticas, pela participação em situações reais de vida e de trabalho na área de formação do estudante, realizadas na comunidade em geral ou junto às pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino.

Art. 2º O estágio tem por objetivo permitir ao aluno tomar os primeiros contatos com o ambiente de trabalho, complementando a formação profissional e adquirindo a experiência humano-social, por meio da convivência dos problemas técnicos, científicos, sociais e culturais.

CAPÍTULO II

DAS CATEGORIAS DE ESTÁGIO E PRÉ-REQUISITOS

Art. 3º Os estágios curriculares classificam-se em: **Estágio Curricular Obrigatório (ECO)** e **Estágio Curricular Não Obrigatório (ECNO)**, oficializados por meio de convênios registrados, devendo, os mesmos, serem

Planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

§ 1º O **ECO** é um componente curricular voltado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerente ao perfil do graduando e se desenvolverá em conformidade com o Artigo.7º da resolução nº 04 de 13, de julho de 2005, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de administração e nas condições do presente regulamento.

Parágrafo único: O Estágio Curricular Obrigatório deverá ser realizado pelos alunos regularmente matriculados, a partir do 5º semestre/período do curso de Administração UFAL - Campus Arapiraca, como requisito indispensável à sua graduação.

§ 2º O **ECNO** é de caráter facultativo e pode ser realizado como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, a critério do aluno estagiário, a partir do 3º semestre/período do curso.

Art. 4º Constitui pré-requisito para inscrição em estágio:

- i. Estar enquadrado pelo Sistema Acadêmico no 3º período do curso ou em período superior, para o **ECNO**;
- ii. Estar enquadrado pelo Sistema Acadêmico no 5º período do curso ou em período superior, para o **ECO**.

Art. 5º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 6º A realização do estágio dar-se-á mediante assinatura de Termo de Compromisso celebrado entre o estagiário e a parte concedente, com interveniência obrigatória da UFAL, por meio da Pró-Reitora de Graduação, representado pelo Coordenador de Estágio do curso de Administração.

Art. 7º No ato da assinatura do Termo de Compromisso, o estagiário receberá as instruções sobre o processo de avaliação, com a indicação do professor orientador, indicado pelo Coordenador de Estágio, entre os docentes do curso, bem como as diretrizes para elaboração dos relatórios.

CAPÍTULO III

DAS MODALIDADES DE ESTÁGIO

ART 8º As modalidades de estágio que estão de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Administração, Campus Arapiraca, são:

- i. Execução do estágio nas áreas profissionalizantes do curso, para alunos que não estão empregados;

- ii. Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração, para alunos que trabalham (devidamente comprovados), dentro do seu próprio trabalho;
- iii. Execução de diagnóstico, intervenção e solução de problemas ligados à área profissionalizante da administração, para alunos que não trabalham, atuando em organizações públicas e privadas e com a respectiva autorização da Coordenação de Estágio e da organização onde ocorrerá à atividade;
- iv. Atividade de gerência, direção e presidência na Empresa Júnior do curso de Administração, Campus Arapiraca.

Capítulo IV

DA CONVALIDAÇÃO E APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES

ART 9º - Os alunos sócios ou empregados de organizações nas áreas, de concentração das disciplinas do curso, ou que já desempenham profissionalmente funções gerenciais, de pesquisa, ou de planejamento, no momento em que for exigido o cumprimento do Estágio Curricular Obrigatório, podem requerer a convalidação de suas atividades como estagiário, desde que tenha exercido as funções em tempo não inferior a 380 horas/atividade.

ART 10º - Para que o pedido de convalidação e aproveitamento de atividades profissionais em exercício seja avaliado, o aluno deve apresentar os seguintes documentos:

- i. Declaração da organização onde atua, dirigida à coordenação de estágio do Curso de Administração, Campus Arapiraca, em papel timbrado, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da organização, indicando o cargo ocupado, tempo de trabalho bem como as funções desempenhadas pelo aluno;
- ii. Cópia do contrato social, devidamente registrado, cartão do CNPJ atualizado e comprovação de que a empresa está ativa, caso aluno participe do quadro societário da organização;
- iii. Cópia da carteira de trabalho e previdência social, das páginas de qualificação civil, identificação, contrato de trabalho e alterações realizadas;
- iv. Relatório detalhado das atividades desenvolvidas na organização.

§1º. Caberá ao professor orientador examinar o pedido de convalidação do aluno, emitindo seu parecer.

§2º. Uma vez indeferido o pedido de convalidação, o aluno está sujeito ao cumprimento de todas as etapas e atividades relativas ao ECO, constantes deste regulamento.

ART 11º - Sob nenhuma hipótese, um ECNO poderá ser convalidado para um ECO, devendo o aluno, em seu momento acadêmico, decidir por fazer cada uma das duas modalidades de estágio.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA COORDENAÇÃO DE

ESTÁGIO

Art. 12º O Coordenador de Estágio deverá ser um docente efetivo do curso, indicado pelo Coordenador do Curso, membro do Colegiado e aprovado pelo próprio Colegiado.

Art. 12º Compete ao Coordenador de Estágio do curso de Administração, Campus Arapiraca:

- i. Cumprir e fazer cumprir a política de Estágio da UFAL;
- ii. Representar o curso de Administração dentro e fora da UFAL, relativamente à matéria de Estágio;
- iii. Designar os professores orientadores, conforme área de conhecimento e disponibilidade para acompanhamento dos alunos;
- iv. Dar ciência do presente regulamento e da legislação que rege os ECO e ECNO aos professores e alunos do curso;
- v. Planejar e administrar as rotinas e fluxos administrativos e técnicos do estágio;
- vi. Dar autorização de estágio e assinar o Termo de compromisso de Estágio
– TCE, mediante análise da vida acadêmica do aluno quanto à possibilidade de estagiar ou não;
- vii. Realizar manutenção e contato dos vínculos entre os campos de estágio e a UFAL;
- viii. Acompanhar o bom andamento das orientações de Estágio.
- ix. Enviar no início de cada semestre a relação de alunos aptos ao ECO para o Coordenador do Curso.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art. 13º O aluno estagiário terá, obrigatoriamente, um supervisor de estágio no órgão concedente e um professor orientador de estágio do curso de Administração, do Campus Arapiraca, durante todo o período de realização do estágio do mesmo.

§ 1º O supervisor de estágio do órgão concedente deverá ter obrigatoriamente formação de nível superior na área de Administração ou áreas afins ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário

§ 2º O professor orientador de estágio na UFAL deverá ser obrigatoriamente um docente efetivo do curso.

Art. 14º São atribuições do supervisor de estágio do órgão concedente:

- i. Esclarecer dúvidas e questionamentos, teóricos e práticos, relativo às atividades diárias do aluno;
- ii. Prestar apoio na resolução de problemas e conflitos entre o estagiário e colegas ou

com a empresa, sempre que solicitado;

- iii. Analisar e avaliar o relatório semestral, realizar as avaliações bimestrais e verificar frequência;
- iv. Ser o elo entre o curso e campo de estágio no decorrer das atividades programadas;
- v. Manter contato com o professor-orientador para acompanhar e informar acerca do desenvolvimento e dificuldades dos/com alunos.

Art. 15º São atribuições do orientador de estágio na UFAL:

- i. Esclarecer dúvidas e questionamentos, teóricos e acadêmicos, do aluno;
- ii. Prestar apoio na resolução de problemas e conflitos entre o aluno e a empresa, sempre que solicitado;
- iii. Analisar e avaliar o relatório semestral, as avaliações bimestrais e verificar frequência;
- iv. Ser o elo entre o curso e campo de estágio no decorrer das atividades programadas;
- v. Manter contato com o supervisor de campo ou com a empresa para acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos alunos.
- vi. Analisar e avaliar solicitações de convalidação e emitir parecer com a nota final do aluno e divulgação da avaliação no sistema acadêmico da UFAL.

CAPÍTULO V

DA DISCIPLINA ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO - ECO

Art. 16º Caberá à Coordenação do Curso ofertar semestralmente a disciplina obrigatória Estágio Curricular Obrigatório (ECO), com carga horária de 380h.

Art. 17º A lista nominal dos alunos aptos a serem matriculados na disciplina deverá ser encaminhada pela Coordenação de Estágio à Coordenação do Curso no início de cada semestre letivo

§ 1º Cabe à Coordenação do Curso a matrícula dos alunos na disciplina obrigatória ECO.

§ 2º Nos casos de haver alunos estagiários cujo Termo de Compromisso de Estágio foi celebrado e assinado após o envio da lista nominal à Coordenação do Curso e antes do encerramento do período de reajuste

de matrícula, cabe à Coordenação de Estágio encaminhar lista nominal complementar à Coordenação do Curso.

Art. 18º A nota das avaliações bimestrais na disciplina ECO, de responsabilidade de cada professor orientador, serão atribuídas pelo mesmo a partir da avaliação dos relatórios bimestrais (ou mensais, quando for o caso) e publicada no sistema acadêmico, após emissão de parecer, que deve ser remetido ao Coordenador de Estágio, juntamente com o relatório final do aluno e todas as avaliações para o seu devido arquivamento.

Art. 19º Os Relatórios Mensais ou Bimestrais de Estágio deverão ser entregues pelo aluno ao seu orientador de estágio no prazo máximo de 7 (sete) dias após a complementação de interstício de 30 ou 60 dias corridos, respectivamente, considerando a data de início do estágio.

Art. 20º O Relatório Final de Estágio deverá ser entregue pelo aluno ao orientador de estágio da UFAL no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o seu término.

§ Único A entrega do Relatório Final de Estágio deverá estar acompanhada das Fichas de Avaliação, cópia do Termo de Compromisso de Estágio, todos devidamente assinados pelo supervisor de estágio do órgão concedente ao professor orientador de estágio do curso.

Art. 21º O Relatório Final de Estágio e a documentação complementar citada no art. 20º deverão ser entregues pelo professor orientador de estágio da ADM/UFAL no prazo máximo de 7 (sete) dias, após recebido pelo aluno, à Coordenação de Estágio, acompanhado do parecer de avaliação final do aluno.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, ouvidos o Colegiado de Curso e a Coordenação de Estágio.

Art. 23º Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

APÊNDICE 2

REGULAMENTO PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O presente regulamento está apoiado na Instrução Normativa Procedimentos para o Trabalho de Conclusão de Curso, de 15/12/2011, segundo a qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser realizado, com base em atuação teórico-prática ou na formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa. Dessa forma, esse regulamento tem por finalidade normatizar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Administração do Campus Arapiraca ao qual devem submeter-se os seus acadêmicos. Para tanto, o presente documento tratará de aspectos básicos para realização do TCC, do seu processo e critérios de avaliação, dos direitos e obrigações do aluno, da orientação e obrigação do orientador, das bancas examinadoras e das disposições gerais.

Capítulo I - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1º. É compulsória a realização do Trabalho de Conclusão de Curso TCC a todos os alunos regularmente matriculados no Curso de Graduação de Administração do Campus Arapiraca.

Parágrafo Único. A realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade desenvolver no aluno a aptidão para a pesquisa e/ou atuação profissional, aplicando os conhecimentos apreendidos no decorrer do curso no que se refere aos conteúdos e também à capacidade de análise, criação e crítica a partir do tema proposto.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa individual, sob a forma de Trabalho Científico teórico ou teórico-empírico, ou Estudo Aplicado - podendo ser realizado em organizações públicas, privadas ou em organizações da sociedade civil a partir de análises de um tema específico.

§ 1º. Entende-se por Trabalho Científico aquele que tem como pretensão o avanço no conhecimento científico em Administração. São exemplos dessa modalidade aceitos como TCC:

I – Relatório de Iniciação Científica Expandido - para alunos envolvidos com projeto de iniciação científica por no mínimo 6 meses, desde que a produção e autoria seja do aluno sob tutela do orientador, e que o mesmo não tenha sido utilizado cumulativamente com a parte flexível do curso.

II – Artigo científico publicado em anais ou revistas de eventos nacionais ou internacionais da área de Administração ou Interdisciplinar, com relevância acadêmica a ser aprovada pelo Colegiado do Curso ou em periódicos com classificação Qualis mínimo B3 na área de Administração ou Interdisciplinar.

III - Monografia – seguindo as normas ditadas pela ABNT e regulamentações próprias do Colegiado de Curso e da Biblioteca do Campus Arapiraca.

§ 2º. Entende-se por Estudo Aplicado aquele que tem como pretensão a interação entre a teoria e a prática e a sua utilização no âmbito organizacional. São exemplos dessa modalidade:

I – Plano de negócios - atendendo as expectativas de um dos perfis desejados para o aluno egresso do curso.

II – Relatórios de Extensão – para alunos que estiveram envolvidos em projetos de extensão diretamente ligados as áreas de administração, desde que não utilizado cumulativamente com a parte flexível do curso.

§ 3º Não serão aceitos como Trabalho de Conclusão de Curso aqueles que contemplem apenas revisão de literatura, exceto aqueles caracterizados como ensaio teórico e que apresentem contribuições para o avanço dos estudos em Administração. Os casos controversos deverão ser encaminhados ao Colegiado do Curso para deliberação.

Art. 3º. O professor-orientador deve ser do quadro de docentes do curso de Administração do Campus Arapiraca; podendo ter auxílio de um co-orientador, em casos excepcionais, em concordância com o professor-orientador e aprovado em colegiado

Capítulo II - DAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 4º. A Coordenação de Pesquisa e TCC do Curso deve elaborar edital fixando diretrizes e prazos para a entrega dos trabalhos, bem como o cronograma que contemple as etapas descritas a seguir.

Art. 5º. O desenvolvimento do TCC compreende as seguintes etapas:

I – *Escolha do Tema e do Orientador*: o aluno deve informar por meio de formulário próprio à Coordenação de Pesquisa e TCC do Curso de Administração seu tema de interesse e provável orientador, acompanhado de anteprojeto. Os alunos que não realizarem tão ato estarão sujeitos à indicação de orientadores por parte da Coordenação de TCC, quando da sua matrícula na referida disciplina. As áreas temáticas do TCC deverão ser escolhidas pelo aluno com base nas linhas de estudo dos professores do curso de Administração/Campus Arapiraca.

Os alunos que efetuarem matrícula vínculo de TCC também deverão apresentar as informações constantes no parágrafo anterior.

II - *Anteprojeto deve conter* minimamente os seguintes itens:

- a) Título do trabalho, nome do discente e do respectivo orientador
- b) Introdução (Contextualização do tema, Justificativa, Objetivos geral e específicos, sumário preliminar)
- c) Referências bibliográficas.

O formato do anteprojeto deverá seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem eles aplicáveis.

Essa etapa será concluída com a aceitação da proposta do projeto pelo orientador. Se houver necessidade, é de responsabilidade do aluno, submeter a pesquisa à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAL – Campus Arapiraca.

III – *Desenvolvimento da Pesquisa*: caracteriza-se pelo desenvolvimento do trabalho de pesquisa propriamente, respeitando o cronograma pré-estabelecido.

IV – *Entrega do TCC*: compreende o encaminhamento do TCC à Coordenação de Pesquisa e TCC do Curso de Administração, para providências quanto aos trâmites da defesa.

V – *Defesa do TCC*: consiste na defesa pública do TCC, com data e hora marcada de acordo com o edital, devendo os participantes obedecer às formalidades durante a defesa.

VI – *Entrega da Versão Final do TCC*: após proceder às correções conforme eventual solicitação da banca examinadora, o aluno deve encaminhar versão final em até 30 dias corridos após a defesa ao seu orientador e, após aprovação do mesmo, deverá encaminhar à Biblioteca do Campus Arapiraca uma versão em digital.

Capítulo III – DOS FORMATOS DO TCC

Art. 6º. O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser entregue à Coordenação de Pesquisa e TCC do Curso de Administração, em data pré-determinada pelo edital correspondente, em três vias assinadas pelo orientador responsável devidamente encadernados em espiral e em capa transparente para apreciação da banca examinadora. Como também, três cópias do arquivo em meio eletrônico devem ser encaminhadas à banca. O Formato do TCC deve seguir as normas da ABNT atrelado ao modelo exigido pela biblioteca.

§ 1º. O TCC na modalidade de Trabalho Científico deve atender minimamente à seguinte formatação:

- I. Capa, contracapa e sumário
- II. Resumo
- III. Introdução
- IV. Justificativa
- V. Objetivos: geral e específicos

- VI. Revisão da Literatura
- VII. Metodologia
- VIII. Discussão dos dados
- IX. Considerações finais ou Conclusões do estudo
- X. Referências
- XI. Anexos
- XII. Apêndices

§ 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Estudo Aplicado – Plano de Negócios deverá atender minimamente à seguinte formatação:

- I. Capa, contracapa e sumário
- II. Resumo
- III. Sumário Executivo
 - a. Dados dos empreendedores, experiência profissional e atribuições
 - b. Dados do empreendimento
 - c. Missão da empresa
 - d. Setores de atividades
 - e. Forma jurídica
 - f. Enquadramento tributário
 - g. Capital social
 - h. Fonte de recursos
- IV. Análise de mercado
 - a. Estudo dos clientes
 - b. Estudo dos concorrentes
 - c. Estudo dos fornecedores
- V. Plano de Marketing
 - a. Descrição dos principais produtos e serviços
 - b. Preço

- c. Estratégias promocionais
- d. Estrutura de comercialização
- e. Localização do negócio

VI. Plano Operacional

- a. *Layout* ou arranjo físico
- b. Capacidade produtiva, comercial e de prestação de serviços
- c. Processos operacionais
- d. Necessidade de pessoal

VII. Plano Financeiro

- a. Investimento total
- b. Estimativa dos investimentos fixos
- c. Capital de giro
- d. Investimentos pré-operacionais
- e. Investimento total (resumo)
- f. Estimativa do faturamento mensal
- g. Estimativa do custo unitário de matéria-prima, materiais diretos e terceirizações
- h. Estimativa dos custos de comercialização
- i. Apuração do custo dos materiais diretos e/ou mercadorias vendidas
- j. Estimativa dos custos com mão de obra
- k. Estimativa do custo com depreciação
- l. Estimativa dos custos fixos operacionais mensais
- m. Demonstrativo de resultados
- n. Indicadores de viabilidade
- o. Ponto de equilíbrio
- p. Lucratividade
- q. Rentabilidade
- r. Prazo de retorno do investimento

VIII. Construção de cenários

- IX.** Avaliação estratégica
 - a.** Análise da matriz F.O.F.A
- X.** Avaliação do Plano de Negócio
- XI.** Anexos
- XII.** Apêndices

§ 3º. O Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Estudo Aplicado – Relatório de Extensão, deverá ter a seguinte formatação:

- I.** Capa, contracapa
- II.** Sumário
- III.** Resumo
- IV.** Contextualização do estudo
- V.** Resultados alcançados/Metas alcançadas
- VI.** Demandas sociais com as quais o projeto interagiu
- VII.** Articulação proporcionada pelo projeto entre o ensino e a pesquisa em função das demandas sociais
- VIII.** Metodologia
- IX.** Forma de participação do discente
- X.** Impactos na sociedade, na formação docente e na relação universidade-sociedade
- XI.** Instrumentos e indicadores adotados para avaliação do projeto
- XII.** Dificuldades encontradas e respectivas soluções adotadas
- XIII.** Considerações finais

§ 4º. O Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Artigo científico.....

Art. 7º. A apresentação dos TCC pode ocorrer:

§ 1º. Para as modalidades Trabalho Científico e Estudo aplicado:

- I.** Em forma de defesa pública com uma banca constituída pelo orientador e pelos outros dois professores que avaliaram o trabalho, em data e horário estabelecidos conforme o edital de TCC vigente à época

II. Em forma de exposição de banners, para avaliação do orientador e dois professores, em data e horário estabelecidos conforme o edital de TCC vigente à época

§ 2º. Para a modalidade Artigo Científico: em forma de parecer

Capítulo IV - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 8º. O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado separadamente por três professores do Campus Arapiraca, sendo um deles obrigatoriamente, o orientador. Não se exclui a possibilidade de participação de professores de outras unidades da UFAL ou de outras instituições públicas e privadas como co-orientador ou examinador.

Art. 9º. Não é permitido aos membros da banca examinadora tornarem públicas as avaliações dos trabalhos antes do resultado final.

Alguns critérios são levados em consideração neste processo, isto dependerá da metodologia de cada avaliador. Dentre eles estão alguns que poderão ser expostos:

- *Pelo orientador visto no desenvolvimento da pesquisa:* acuidade, comprometimento, envolvimento, bem como iniciativas em desenvolvimentos de artigos científicos e publicações, etc.

- *Pelos examinadores no trabalho escrito:* coerência, clareza da proposta e consistência de conteúdo; alcance dos objetivos propostos; detalhamentos metodológicos; formatação e organização do trabalho; bibliografia e etc.

Todos os itens explanados pelos membros da banca influenciarão na nota do TCC e fará com que o aluno tenha que fazer alguns ajustes complementando seu trabalho no intuito de contribuir para a entrega da versão final. E assim o aluno receberá da banca examinadora sua nota final, após as formalidades da defesa.

§ 1º. A nota final do TCC será constituída da média da avaliação de

Cada examinador, devendo a parte escrita corresponder a 70% da nota com a apresentação a 30%.

Capítulo V - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO ALUNO

Art. 10. O aluno poderá apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso a partir do penúltimo semestre do curso desde que isso não prejudique o desenvolvimento do TCC nem ultrapasse o número limite de créditos estabelecidos por semestre letivo.

Art. 11. Caberá ao aluno escolher o tema e o orientador e consultá-lo sobre a possibilidade de orientação.

Art. 12. Compete ao aluno em fase de realização do trabalho de conclusão de curso:

- I. Cursar a disciplina “Elaboração de Pesquisa em Administração” para desenvolvimento do projeto de TCC e cursar a disciplina “Plano de Negócios” se esse for o interesse do (a) discente.
- II. Entregar de um projeto de TCC que tenha autenticidade no trabalho;
- III. Comparecer aos encontros de orientação para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
 - III. Cumprir o cronograma estabelecido em conjunto com o orientador para entrega de projetos e TCC;
 - IV. Encaminhar à Coordenação de Pesquisa e TCC, o trabalho em 3 (três) vias impressas e em meio eletrônico na data estabelecida pelo edital do TCC.
 - V. Comparecer à Banca de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso ou a apresentação em formato de banner, em dia, hora e local pré-determinados para apresentar e defender a versão final de seu TCC;
- VI. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Capítulo VI - DA ORIENTAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO ORIENTADOR

Art. 13. O orientador deverá assinar uma Ficha de Orientação onde conste o nome completo do aluno, título do trabalho proposto e cronograma de orientação. Esta ficha deverá ser entregue à Coordenação de TCC pelo aluno para ser inserida no sistema da PROGRAD.

Parágrafo único. O caráter oficial da matrícula em TCC será efetivado após a entrega da Ficha de Orientação na Coordenação.

Art. 14. Cada professor poderá orientar, no máximo, cinco trabalhos por semestre ou 10 trabalhos por ano, sendo um mínimo de 3 trabalhos por semestre e 6 trabalhos por ano.

Parágrafo único. Quando houver excesso no número máximo de orientação na média geral dos professores do curso para resolução, o Colegiado deliberará sobre as medidas cabíveis.

Art. 15. A troca de orientador só será permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação e mediante autorização formal do professor substituído.

Art. 16. Compete ao professor orientador:

Atender seus orientandos, em horário previamente fixado;

Auxiliar o estudante na escolha e/ou delimitação do tema;

Recusar ou aceitar o projeto entregue pelo aluno, devendo o mesmo dar-lhe as devidas orientações para a reformulação ou modificação de quaisquer das etapas do projeto, ou do projeto como um todo.

Elaborar cronograma de atividades necessária ao desenvolvimento do trabalho;

Participar das bancas de defesa ou da apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso de seus orientandos;

Participar das Bancas de defesa e das apresentações para as

Quais estiver designado para avaliação e nota final do trabalho;

Cumprir os prazos definidos;

Assinar, juntamente com os demais avaliadores, as fichas de avaliação dos trabalhos e as atas finais das sessões de defesa;

Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 17. É facultado ao orientador recusar a orientação quando:

Seu número de orientandos exceder ao estabelecido neste documento.

O tema escolhido pelo aluno não se adequar à proposta de orientação do orientador;

O perfil do aluno não for adequado para o tema proposto.

Art. 18. O orientador poderá interromper a orientação nas seguintes condições:

Complexidade do tema escolhido para uma proposta de TCC;

Dificuldade de acesso aos dados para a pesquisa;

Evidência de plágio de outros trabalhos já publicados ou defendidos,

Comprovado o não cumprimento das orientações e prazos por parte do orientando;

Em casos, de afastamento do docente por força maior (saúde, transferência, dentre outros)

Parágrafo único. As solicitações de interrupção de orientações deverão ser justificadas e encaminhadas ao Colegiado do Curso para apreciação.

Capítulo VII - DAS OBRIGAÇÕES DA COORDENAÇÃO DE PESQUISA E TCC

Art. 19 São atividades da Coordenação de Pesquisa e TCC:

Articular junto aos professores do Colegiado a distribuição dos orientandos;

Elaborar, aprovar junto ao colegiado e divulgar o edital semestral de TCC;

Elaborar cronograma de defesas de TCC, com respectivas datas, horários e salas;

Providenciar atas e declarações referentes às defesas;

Encaminhar ao Coordenador do Curso lista com as notas finais das defesas.

Capítulo VIII – DAS BANCAS EXAMINADORAS E ATRIBUIÇÃO DE NOTAS

Art. 20. A versão final do Trabalho de Conclusão de Curso é defendida pelo aluno perante banca examinadora.

§ 1º. A banca será composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, designados pelo orientador, podendo ou não ser o docente do quadro do Curso de Administração do Campus Arapiraca.

§ 2º. Para que a defesa do TCC se faça válida, deverão estar presentes todos os integrantes das bancas conforme dia e horário estabelecido.

§ 3º. Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

Art. 21. Na defesa pública do TCC, assim como na apresentação em banner, o aluno tem até 20 (vinte) minutos apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até 10 (dez) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de outros 10 (dez) minutos para responder cada um dos avaliadores.

Art. 22. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao Art. 7º, § 3º. Leva-se em consideração, o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§ 1º. A nota final do aluno é o resultado da média das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora.

§ 2º. Para aprovação o aluno deve obter nota igual ou superior a 7 (sete) na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 3º. A banca examinadora será soberana na atribuição de nota final ao aluno, bem como da aprovação, ajuste ou reprovação do trabalho defendido.

§ 4º. No caso de a banca examinadora propor ajustes ao trabalho, o aluno terá sua nota condicionada a apresentação de nova versão do trabalho aos avaliadores, revisada e assinada pelo orientador, no prazo de 30 dias.

§ 5º. Quando o orientador ou qualquer um dos membros da banca examinadora verificar que houve cópia (ou plágio) de trabalhos já existentes ou não autoria do trabalho, o aluno será reprovado, ficando o mesmo sem qualquer direito a utilização de mesma proposta para elaboração de novo trabalho.

§ 6º. No caso de verificação de cópia ou plágio, cabe ao acusador o ônus da prova com apresentação de comprovante do ato falho.

Capítulo IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Compete ao Colegiado do Curso de Graduação em Administração dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento bem como suprir suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 24. Os casos omissos serão dirimidos pelo Colegiado do Curso de Administração.

Art. 25. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Administração do Campus Arapiraca.

Arapiraca, 25 de outubro de 2018

